

UNIVERSIDADE ABERTA



**“O PALÁCIO DO FREIXO – ENTRE RUÍNA E
SALVAGUARDA, SÉCULO XVIII A XX”**

ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA DE CASTRO

MESTRADO EM ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

**ORIENTAÇÃO: PROFESSORA DOUTORA MARIA ALEXANDRA GAGO
DA CÂMARA**

MARÇO 2022

“É função da História o conhecer a existência das manifestações do Homem e determinar os possíveis constantes que essa existência apresenta. É função necessária e indispensável que justifica o interesse do conhecimento do passado pelo contributo para o presente.”

Fernando Távora.

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara pela paciência, amabilidade, compreensão e inteira disponibilidade em todos os momentos de orientação desta dissertação.

À minha mulher e à minha filha pelo amor e incentivo constantes ao longo deste percurso académico.

Aos meus pais pelo suporte em todas as decisões e por tudo o que me têm proporcionado na vida.

À memória do avô António.

À memória da avó Ana.



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 30 de março de 2022

Nome completo/Full name: António José Ferreira de Castro

Assinatura/Signature:

manuscrita ou digital / handwritten or digital

“O PALÁCIO DO FREIXO – ENTRE RUÍNA E SALVAGUARDA, SÉCULO XVIII A XX”

Resumo

O Barroco nasceu em Roma e expandiu-se pela Europa e pelos antigos impérios coloniais. No norte de Portugal o Barroco tem um dos seus *ex-libris* no Palácio do Freixo, monumento idealizado pelo conhecido arquiteto, Nicolau Nasoni. A presente dissertação tem por objetivo investigar a história do Palácio do Freixo, contemplando o passado e o presente.

O interesse deste trabalho radica no facto de haver muita informação mas não um fio condutor dos acontecimentos históricos, que reúna e sintetize diferentes fontes de informação, por forma a compilar todas as informações que permitam construir e perceber a sua história até aos dias de hoje. Nesta dissertação será dado ênfase ao contexto histórico e geográfico, às características Barrocas inerentes à sua construção, e à sua classificação enquanto Monumento Nacional. Serão também abordadas as inúmeras transformações que o Palácio sofreu, sobretudo, no final do século XX, até à sua reabilitação no ano 2000. Por fim, será dado relevo à atribuição de novas funcionalidades para o Palácio e para o edifício das antigas Moagens Harmonia, em 2005, e que tem permitido a sua preservação e salvaguarda, através do turismo.

Através da análise histórica deste importante Monumento Nacional, este trabalho pretende contribuir, não só para o conhecimento da história do Palácio do Freixo, mas também para a necessidade de proteção e utilização responsável do património português.

Palavras Chave: Palácio do Freixo; Barroco Norte; Reabilitação; Salvaguarda; Património; Turismo.

Abstract

The Baroque was born in Rome and spread throughout Europe and the old colonial empires. In the north of Portugal, the Baroque has one of its representations in Palácio do Freixo, a monument designed by the well-known architect, Nicolau Nasoni. This dissertation aims to investigate the history of Palácio do Freixo, contemplating its past and the present.

The interest of this work stems from the fact that there is a lot of information but no common thread of historical events which collects and synthesizes different sources of information so as to compile all the facts that allow for the building (or creation) and understanding of the palace's history to date. This dissertation will emphasize the historical and geographical context of the palace, the Baroque characteristics inherent to its construction, and its classification as a national monument. The numerous transformations that the palace underwent will also be addressed, especially at the end of the twentieth century, until its rehabilitation in 2000. Finally, emphasis will be given to the attribution of new functions to the Palace and to the building of the former *Moagens Harmonia*, in 2005, which have enabled its preservation and safeguard through tourism. With the historical analysis of this important national monument, this work aims to contribute, not only to the knowledge of the history of Palácio do Freixo, but also to the need of protection and responsible use of Portuguese heritage.

Key Words: Palácio do Freixo; Northern Baroque; Rehabilitation; Safeguard; Heritage; Tourism.

Índice

Agradecimentos	3
Dedicatória	4
Declaração de Integridade	5
Resumo	6
Abstract	7
Índice de Figuras	10
Introdução	15
Objetivos e Metodologia	16
Capítulo I	
Contextualização Histórica e Artística do Palácio do Freixo	18
1.1. Fortuna Crítica	20
1.2. Enquadramento histórico e cronológico do Palácio do Freixo	23
Capítulo II	
Palácio do Freixo - Exemplar de Arquitetura Civil Barroca	30
2.1. Portão de Entrada	31
2.2. Pedra de Armas	33
2.3. Fachadas e Escadarias	35
2.4. Decoração do Interior	43
2.5. Capela	44
2.6. Os Jardins	45
Capítulo III	
Importância da Classificação do Palácio do Freixo enquanto Monumento Nacional	48

Capítulo IV	
Reabilitação do Palácio do Freixo no Final do Século XX	56
4.1. Intervir no construído	66
4.2. O Palácio do Freixo e a tentativa de recuperação do património original	71
Capítulo V	
A importância do Turismo na Preservação e Salvaguarda do Património	84
5.1. O Palácio do Freixo - um presente turístico vs um futuro de possibilidades	87
Considerações Finais	96
Bibliografia	
Obras Gerais e Estudos	98
Periódicos	101
Legislação Consultada	103

Índice de Figuras

Figura 1.1.	- Pormenor da fachada sul que evidencia as placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas.	24
Figura 1.2.	- Pormenor da fachada oeste que evidencia as placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas.	25
Figura 1.3.	- Pormenor da fachada oeste que evidencia as placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas.	25
Figura 1.4.	- Perspetiva geral da aplicação das placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas, nas fachadas este e norte.	26
Figura 2.1.	- Portão Quinta do Freixo.	32
Figura 2.2.	- Portão Quinta do Freixo - Vitorino das Donas.	32
Figura 2.3.	- Pedra-de-arms do Palácio do Freixo – Escudo em pala. Heráldica de família (séc. XIX): Afonso-Velado e Cunha.	34
Figura 2.4.	- Pedra-de-arms tal como é possível visualizá-la atualmente no Palácio do Freixo.	34
Figura 2.5.	- Aspeto geral da fachada sul, do Palácio do Freixo, em 1833.	36
Figura 2.6.	- Pormenor da fachada sul do Palácio que permite ver bem o lago.	37
Figura 2.7.	- Fachada sul do Palácio: vista geral do edifício.	37
Figura 2.8.	- Fachada sul do Palácio do Freixo.	38
Figura 2.9.	- Aspeto geral da fachada norte, do Palácio do Freixo, em 1833.	39

Figura 2.10.	-	Aspeto geral da fachada este, do Palácio do Freixo, em 1833.	40
Figura 2.11.	-	Pormenor da fachada norte e parte da fachada este em 1993.	40
Figura 2.12.	-	Aspeto geral da fachada oeste, do Palácio do Freixo, em 1833.	41
Figura 2.13.	-	Fachada oeste do Palácio do Freixo.	42
Figura 2.14.	-	Interior da capela no Palácio do Freixo antes de ser recuperada.	45
Figura 2.15.	-	Carta topográfica do Porto - 1892 - Quinta do Freixo.	47
Figura 3.1.	-	Obras no Palácio do Freixo em 1987.	52
Figura 3.2.	-	Obras no Palácio do Freixo em 1987, onde é visível a degradação do Palácio.	53
Figura 4.1.	-	O tardo do Belvedere e o portal entaipados.	57
Figura 4.2.	-	Pormenor do portal entaipado.	58
Figura 4.3.	-	Degradação e vandalismo patente nos elementos exteriores da casa.	59
Figura 4.4.	-	Degradação e vandalismo patente nos elementos exteriores da casa.	59
Figura 4.5.	-	Degradação e vandalismo patente no interior da casa ao nível das paredes e teto.	60
Figura 4.6.	-	Degradação e vandalismo patente no interior da casa, ao nível das escadas.	60
Figura 4.7.	-	Degradação e vandalismo patente no interior da casa, ao nível das escadas.	60

Figura 4.8.	- Degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível da pintura e da decoração em estuque - Sala do Visconde Velado.	61
Figura 4.9.	- Degradação do interior da casa, nomeadamente na pintura das paredes de uma das salas.	61
Figura 4.10.	- Degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível das paredes e dos tetos – Sala do Visconde Velado.	62
Figura 4.11.	- Pormenor da degradação da decoração em estuque do teto - Sala do Visconde Velado.	63
Figura 4.12.	- Pormenor da degradação do interior da capela.	63
Figura 4.13.	- Degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível do chão e das paredes - Sala dos Espelhos.	64
Figura 4.14.	- A degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível dos tetos e das paredes.	65
Figura 4.15.	- A degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível da pintura dos tetos do Hall.	65
Figura 4.16.	- Obras realizadas para desvio da estrada Nacional nº108.	67
Figura 4.17.	- Obras realizadas para desvio da estrada Nacional nº108.	67
Figura 4.18.	- Início das obras de recuperação do Palácio do Freixo.	68
Figura 4.19.	- O Palácio do Freixo e as suas áreas envolventes em fase de recuperação.	68
Figura 4.20.	- Processo de conservação e restauro no interior do Palácio. Pormenor de uma parede.	73

Figuras 4.21.	-	Processo de conservação e restauro da pintura no interior do Palácio.	74
Figuras 4.22.	-	Processo de conservação e restauro no teto do interior do Palácio.	74
Figuras 4.23.	-	Processo de conservação e restauro no interior do Palácio.	75
Figuras 4.24.	-	Processo de conservação e restauro numa pintura de um dos tetos do interior do Palácio.	75
Figuras 4.25.	-	Processo de conservação e restauro num corredor interior do Palácio.	76
Figuras 4.26.	-	Processo de conservação e restauro no interior do Palácio. Pormenor de um trabalho realizado numa parede.	76
Figura 4.27.	-	Processo de conservação e restauro no interior do Palácio - Sala do Visconde Velado.	77
Figura 4.28.	-	O Palácio do Freixo já recuperado, depois do término das obras em 2003.	79
Figuras 4.29.	-	Pormenor da fachada este do Palácio do Freixo já recuperada, depois do término das obras em 2003.	80
Figuras 4.30.	-	Áreas envolventes do Palácio do Freixo já recuperadas, depois do término das obras em 2003. Pormenor dos jardins.	80
Figuras 4.31.	-	Pormenor da área envolvente do Palácio do Freixo, em frente ao Douro, já recuperada, depois do término das obras em 2003. Vista sobre o rio.	81
Figura 4.32.	-	Sala dos Espelhos no interior do Palácio do Freixo já recuperado.	81
Figura 4.33.	-	Hall do interior do Palácio do Freixo já recuperado.	82

Figura 4.34.	- Interior da Sala Nobre do Palácio do Freixo já recuperado.	82
Figura 4.35.	- Interior do Palácio do Freixo já recuperado.	83
Figura 4.36.	- Capela do Palácio do Freixo atualmente.	83
Figura 5.1.	- Pormenor da receção do Palácio do Freixo.	88
Figura 5.2.	- Sala dos Espelhos no interior do Palácio do Freixo.	89
Figura 5.3.	- Sala da Lareira no interior do Palácio do Freixo.	89
Figura 5.4.	- Sala Nobre no interior do Palácio do Freixo.	90
Figura 5.5.	- Pormenor da piscina interior.	90
Figura 5.6.	- Hall no interior do Palácio do Freixo.	91
Figura 5.7.	- Jardim onde decorrem eventos ao ar livre no Palácio do Freixo.	94

Introdução

O Porto, cidade onde se situa o Palácio do Freixo, é uma das mais antigas cidades europeias, situada nas margens do rio Douro, no norte de Portugal. A arquitetura Barroca do norte de Portugal acompanhou o que se passava no país em relação às sensibilidades arquitetónicas que caracterizaram os séculos XVII, XVIII e o início do século XIX.

O estudo da arquitetura Barroca conta com muitos contributos de relevo, bem como com vários exemplares que foram alvo de um estudo aprofundado. São inúmeros os artigos e os estudos que descrevem ou referem as mais variadas obras que Nasoni idealizou, construiu, projetou e pintou, ao longo dos anos passados em Portugal, obras essas que ainda hoje são símbolos da sua genialidade. Nasoni nasceu numa pequena vila do centro da Itália, passou por diversas cidades daquele país, atravessou os mares e, é agora considerado, por muitos, “*O Arquitecto do Porto*” (Smith, 1966).

Na execução do Palácio do Freixo em particular, Nasoni conjugou o Barroco italiano com o gosto português da época, dando ênfase à compleição do todo; ao preenchimento dos vazios e à multiplicação das superfícies, com o predomínio dos elementos dinâmicos sobre os elementos estáticos. A maleabilidade de alguns dos materiais utilizados, permitiram que o artista não tivesse limitações na execução dos diferentes trabalhos, nomeadamente ao nível dos tetos e das paredes decoradas com frisos de grinaldas e festões de folhas pequenas, formando molduras circulares, ovais ou retangulares, em estuque, que enquadravam as pinturas idealizadas por Nasoni (Ferreira-Alves, 2005).

Há diversos estudos e publicações referentes ao Palácio do Freixo enquanto casa nobre, enquanto exemplar Barroco ou enquanto obra arquitectónica que necessita de preservação e de salvaguarda, mas nenhum estudo encontrado é suficientemente aprofundado ou compila todas as informações que permitam construir e perceber a história deste bem patrimonial até aos dias de hoje. Assim, a estrutura da presente dissertação está dividida em cinco capítulos. No capítulo primeiro, será abordado o contexto histórico e artístico da construção do Palácio

do Freixo, construído por Nasoni, no século XVIII para a família de D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache. No capítulo segundo abordar-se-ão as características Barrocas do Palácio do Freixo, que abarca em si mesmo diversos elementos fundamentais desta época, quer no exterior (os jardins, a fachada, a escadaria e pedra de armas) quer no seu interior (através dos frescos, da utilização da talha dourada, do estuque, da escultura, etc.). No terceiro capítulo é dado ênfase à classificação do Palácio do Freixo como Monumento Nacional em 1910. No capítulo quarto, são referidas as inúmeras transformações que o Palácio sofreu sobretudo no final do século XX. Por último, no quinto capítulo, foca-se uma perspetiva diferente que concebe que a reabilitação pode dar uma nova vida aos edifícios e rentabilizá-los sem lhes retirar a sua identidade, através, por exemplo, do turismo.

Objetivos e Metodologia

Esta dissertação é um estudo de caso. Tem por objetivo investigar a história do Palácio do Freixo, desde a sua criação até aos sucessivos abandonos e vandalismo a que foi sujeito, e posterior recuperação no final do século XX. Irá ser feita uma revisão e compilação de factos e análises históricas, dispersas em diferentes documentos, o que permitirá o desenvolvimento de um documento que reúna a história deste exemplar Barroco e as suas transformações ao longo do tempo, até aos dias de hoje. Este trabalho contribuirá também para dar ênfase à necessidade de preservação e salvaguarda do património histórico português.

Metodologicamente o trabalho a seguir descrito dividiu-se em diferentes etapas, nomeadamente a de uma intensa pesquisa bibliográfica, o trabalho e pesquisa de campo e finalmente a altura em que se reuniram ambos os conhecimentos na criação deste projeto.

A intensa pesquisa bibliográfica foi o primeiro passo deste trabalho, tendo-se realizado entre novembro de 2020 e agosto de 2021 e ocorreu nas seguintes plataformas de pesquisa: Torre do Tombo, Arquivo Municipal do Porto, Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca Almeida Garret e também nos repositórios electrónicos, onde constam documentos científicos. Esta pesquisa envolveu ainda um trabalho de campo com observação participante durante cerca de seis meses e a realização de conversas informais junto da *Duty Manager* do Palácio do Freixo.

Capitulo I
Contextualização Histórica e Artística do
Palácio do Freixo

A arquitetura Barroca no norte de Portugal acompanhou o que se passava no país em relação às sensibilidades arquitetónicas que caracterizaram os séculos XVII¹, XVIII e o início do século XIX. De facto, no Porto, no final do século XVII e no século XVIII realizaram-se grandes obras de edifícios Barrocos, como por exemplo a Sé Catedral (na Galilé), o Paço Episcopal, a Igreja e Torre dos Clérigos, o Palácio do Freixo, entre muitos outros. Em todos estes exemplares Barrocos, existiu a influência e gosto de Nicolau Nasoni.

Nestes edifícios, existem alguns pormenores que permitem diferenciar a arquitetura desta zona geográfica, nomeadamente a decoração exuberante das fachadas e o aparecimento de uma arquitetura neopalladiana no Porto, na segunda metade do século XVIII (Ferreira-Alves, 2005).

No Palácio do Freixo, sendo esta uma casa nobre, é possível encontrar algumas das características mais representativas do Barroco nortenho. Na verdade, Nicolau Nasoni aproveitou o magnífico cenário envolvente da Quinta do Freixo, enquadrada num terreno retangular, numa curva do rio Douro, para projetar uma casa palaciana rodeada de belos jardins e ornamentada ao estilo Barroco, onde tanto no exterior como no interior se podem encontrar elementos decorativos característicos desta época, como: volutas, grinaldas, jarras, capitéis, fontes, chafarizes, entre outros.

É, efetivamente, o Barroco do Norte que mais corresponde ao gosto cosmopolita manifesto durante o reinado de D. João V (1707-1750) e que posteriormente introduziu o rococó.

¹ “A situação política e económica vivida no Portugal de Seiscentos e os seus reflexos na atividade artística, levaram os historiadores da arte a considerarem que os primeiros sinais de um tempo Barroco na nossa arquitetura começaram a surgir em meados do século XVII, (...) cronologicamente coincidentes, entre 1650 e 1682/1690.” (Ferreira-Alves, 2005, p.135).

1.1. Fortuna Crítica

As descrições mais antigas do Palácio do Freixo surgem primeiramente através dos manuscritos de Henrique Duarte e Sousa Reis que são citados por inúmeros autores, historiadores e estudiosos ao longo dos últimos dois séculos. Estes manuscritos foram compilados por Maria Fernanda Constante de Brito em 1984 em «Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto».

Albrecht Haupt, estudioso alemão, é um dos primeiros a escrever sobre o Palácio do Freixo na sua obra do ano de 1888, «Desenho da Viagem», onde considerou que o Palácio do Freixo era uma construção seiscentista, quando no fim do século XIX, percorreu o território português, desenhando e estudando inúmeros dados sobre os monumentos Portugueses com o objetivo de perceber melhor a arquitetura portuguesa do Renascimento.

No entanto, muitos outros falaram dele considerando-o setecentista e identificando nele a arte Barroca. Reynaldo dos Santos tal como Carlos de Passos, nos seus estudos, além de o considerarem setecentista, conseguiram atribuir o projeto ao arquiteto Nicolau Nasoni.

Silva (1958) escreveu sobre a origem da Quinta do Freixo, conseguindo afirmar que esta pertencia ao Capitão António Pires Picão. Além disto, Silva descreveu as obras a que o Palácio foi sujeito no final do século XIX por António Afonso Velado. Artur de Magalhães Basto que além de historiador e académico se dedicou à função arquivista, gerindo o arquivo histórico do Porto e produzindo inúmeros artigos sobre as diferentes obras Barrocas, escreveu bastante sobre as obras de Nasoni. No entanto, o Palácio do Freixo, de forma concisa e concreta é referido no seu trabalho *Apontamentos para Um Dicionário de Artistas e Artífices que Trabalharam no Porto do século XV ao Século XVIII*, em 1964, onde documenta aquele que durante muitos anos foi o único contrato (de carpintaria) conhecido

como tendo sido o primeiro estabelecido para a Quinta do Freixo².

Ainda na década de 1960, Robert Smith, investigador norte-americano, investigou fontes documentais, por forma a obter datações seguras e apurar a autoria das obras relacionadas com a cultura portuguesa, privilegiando o período Barroco. É em 1966, através de Robert Smith que se confirma efetivamente quer a edificação do Palácio, quer os laços familiares e os herdeiros deste bem patrimonial. No entanto, é importante referir que a data de construção deste Palácio, confirmada também por Smith e mais tarde por Brandão (1987) conseguiu ser documentada, através daquele que é agora conhecido como o primeiro contrato de obras para a Quinta do Freixo, datado de 5 de dezembro de 1744, estabelecido entre o Deão e os mestres pedreiros António da Silva, Manuel Pereira e Pedro Pereira. Nesse contrato, diz explicitamente que Nasoni foi o autor da planta e que ficaria encarregue da vistoria das obras³.

Os estudos de Domingos de Pinho Brandão e Bernardo Xavier Coutinho, são uma grande referência do Património Arqueológico e do Património Artístico do Porto. Domingos de Pinho Brandão historiador e escritor publicou uma reexaminação da obra de Smith relativamente ao período nasoniano.

Manuel Joaquim Moreira da Rocha em 1989, publicou documentos inéditos sobre os jardins do Palácio do Freixo onde tentou reconstruir a história dos jardins desta casa através de documentos que paulatinamente foram surgindo e sendo compilados.

Relativamente à caracterização e designação de Palácio atribuída a uma casa nobre e que nos permite entender melhor a caracterização feita ao Palácio do

² Esse contrato provava a autoria da planta a Nicolau Nasoni, sendo datado de 8 de junho de 1750, onde é mencionado “... a coal obra será bem feito de boas madeiras, boa pregaria, a contendo delle Reverendo Deão e de Nicolau Nasoni” (Basto, 1964, p.67-70).

³ “ ... e que fazendo alguma couza que se aparte da planta ou na perfeição ou no feitio ou segurança ou noutro qualquer defeito, se lançara logo abaixo e o refarão eles mestres à sua custa sem mais averiguação ou vesturia, que não contentar a Nicolau Nasoni que fes a planta” (Brandão,1987, p. 130-134).

Freixo, é importante referir a obra de Azeredo (1986) que considera que Palácios são:

“residências dos reis, ou (quando) as suas dimensões justificam este apelativo”.

No entanto, *“para o termo palácio encontramos nos dicionários gerais, definições como casa vasta e sumptuosa e edifício de grandes dimensões, normalmente para o acolhimento do rei, ou até mesmo de uma assembleia”*

(Azeredo, 1986, p.11).

Contudo, e apesar das diferentes definições analisadas, todas têm em comum, terem servido de habitação a grandes senhores e à sua corte, conforme descrito por Graça (2004).

As publicações de diferentes autores como Domingos de Pinho Brandão, José Carlos Loureiro, Mário Figueiredo, João Carvalho e Helena Langford no jornal O Tripeiro, na segunda metade do século XX permitiram conhecer as intempéries sofridas pelo Palácio nesta segunda metade do século e a necessidade urgente da sua preservação, protecção e salvaguarda.

Na verdade não foram encontrados estudos que compilem uma informação completa sobre a história e as intervenções de que foi alvo o Palácio do Freixo, desde a sua construção até à atualidade.

Em 1999 começam a surgir as primeiras publicações sobre a reabilitação do Palácio e da sua envolvente, numa vertente mais arquitectónica. Alguns destes estudos foram apresentados pelo próprio Fernando Távora.

No final do século XX, início do século XXI, Alexandre Alves Costa e Manuel Mendes publicaram diversos estudos acerca da obra de Fernando Távora e da reabilitação do Freixo que foram tidos em conta na realização desta dissertação. Quer Mendes (2013), quer Costa (2007) referem nos seus estudos a necessidade que Távora tinha de tornar inclusivo o movimento moderno, colocando a História como um instrumento na construção do presente, por forma a representar em todas as suas obras o valor universal da arquitectura.

1.2. Enquadramento histórico e cronológico do Palácio do Freixo

Em 1646 a Quinta do Freixo que pertencia ao Capitão António Pires Picão foi herdada pelo seu filho, o também Capitão Roque Pires Picão, que em 1671 obteve a “renovação de prazo fateusim da Quinta do Freixo, que era forasteira ao Cabido da Sé do Porto” (Carvalho, 2002). A filha deste capitão, Micaela Antónia Freire casada com António de Távora de Noronha Leme Cernache herda a dita quinta. Do matrimónio nasce Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache (1690-1754), filho primogénito do casal e herdeiro de todos os seus bens, incluindo a propriedade do Freixo.

Smith (1966) refere que depois da chegada a Portugal, em 1725, Nicolau Nasoni (1691-1773) se aproximou da figura de D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache. Este, sendo Deão da Sé, Provedor da Santa Casa da Misericórdia e irmão de Roque de Távora de Noronha Leme Cernache, Vice-chanceler da Ordem de Malta deverá ter mandado vir de Malta, o toscano Nasoni para desenhar e orientar as obras da igreja, executando diferentes pinturas na Sé Catedral do Porto. Posteriormente, tê-lo-á encarregado de construir um sumptuoso Palácio na sua Quinta do Freixo.

O Palácio de planta quadrangular, de dois pisos, com quatro torreões nos seus ângulos, apresentava fachadas, sobretudo as voltadas a sul e a este, com grandes efeitos arquitetónicos, de onde se destacava na fachada sul, na porta do meio, o emblema heráldico dos Távoras – um golfinho circundado por uma coroa de marquês.

De acordo com Smith (1966), D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache terá herdado a Quinta do Freixo e tê-la-á deixado de herança à sua sobrinha D. Ana de Távora de Noronha Leme Cernache (1730-1807), que por força das circunstâncias, casou com o seu tio paterno Vicente de Távora de Noronha Leme Cernache. Deste casamento nasce D. Ana Rosa de Noronha (1757-1814) herdeira de todos os bens e que se casa com o Desembargador João António Salter de Mendonça – 1º Visconde da Azurara (1746-1825). Será precisamente o filho destes, Jorge Salter de Mendonça, 2º Visconde de Azurara (1804-1872),

herdeiro do Palácio em 1825, que em 1850, vende o Palácio do Freixo a António Afonso Velado (1819-1882) por 15:000\$000 réis (Leal, 1874). Este, em 1865 recebeu o título de Barão do Freixo e, em 1872, o de Visconde do Freixo. António Velado, em 1870 realizou as obras de reabilitação do Palácio, tal como documentado por Silva (1958) e mais tarde por Paz (2016)⁴. Este negociante terá alterado completamente o interior do Palácio, descaracterizando as fachadas e destruindo os tetos pintados por Nasoni. No interior do Palácio apenas se conservou o oratório, uma pequena capela, no torreão à direita da fachada nascente. Exteriormente modificou-se a quinta com a construção de uma fábrica de sabão nos seus jardins e, em 1870 revestiu o exterior com placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas (Carvalho, 2002). Além disso, o brasão dos Távora foi substituído pelo escudo Afonso e Cunha.



Figura 1.1. - Pormenor da fachada sul que evidencia as placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas. – Arquivo Municipal do Porto.

⁴ “[António Afonso Velado] foi [...] o responsável do restauro do interior do edifício que resultou num desvirtuamento do seu carácter original. Era a época do revivalismo e fez no seu interior um salão árabe e um chinês. No exterior também fez aplicações de lousa e cimento.” (Paz, 2016, p. 56).



Figura 1.2. - Pormenor da fachada oeste que evidencia as placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas. – Arquivo Municipal do Porto.



Figura 1.3. – Pormenor da fachada oeste que evidencia as placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas. – Arquivo Municipal do Porto.



Figura 1.4. – Perspetiva geral da aplicação das placas de lousa cinzenta e cimento, em forma de escamas, nas fachadas este e norte. – Arquivo Municipal do Porto.

Logo após a morte de António Velado, a sua viúva, D. Laurinda Ribeiro Lousada, que residia em Lisboa, vendeu o Palácio do Freixo, desta vez a um industrial, Gustavo Nicolau Alexandre Peters, de nacionalidade alemã, que montou uma destilaria de cereais, desfigurando ainda mais o outrora sumptuoso Palácio. Este, em 1890, vendeu o Palácio e parte da Quinta à Companhia Moagem Harmonia. Esta manteve a casa até ao século XX, para residência do seu gerente (Smith, 1966). Em 1924 foi vendido o magnífico portão de entrada, o que permitiu a sua deslocação para a quinta Russel de Sousa, em Vitorino das Donas. Em 1910 foi classificado como Monumento Nacional, mas apenas em 1949 foi fixada a respetiva Zona de Proteção, mas mesmo assim caiu no abandono⁵.

⁵ “Aliás, todos os materiais em geral foram vítimas de muitos maus tratos e abandono, ainda agravados por dois incêndios: um deles deflagrou nos armazéns industriais que rodearam o palácio; outro bem mais recente (na década passada), foi quando o edifício andou a ser usado pelos sem-abrigo e por muita marginalidade, que saqueou praticamente tudo o que ainda não estava destruído.” (Carvalho, 2002, p171).

As obras de conservação são caras e ficam por fazer, vêem-se lousas caídas na cobertura, vidros partidos, caixilhos arruinados.” (Loureiro, 1981, p18).

Em 1986, a Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional comprou o Palácio do Freixo à Companhia das Moagens Harmonia, que mais tarde cedeu à Câmara Municipal do Porto para nele se instalar um Centro de Formação Profissional.

Todavia, foi apenas entre os anos 2000 e 2003, no âmbito do projeto Metrópolis, que os arquitetos Fernando Távora, e Bernardo Távora, descendentes de D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache, proprietário inicial do Palácio do Freixo, levaram a cabo um projeto para a preservação e salvaguarda deste bem patrimonial.

Em 2005 a Câmara Municipal do Porto, cedeu o edifício ao grupo Pestana para a instalação da Pousada do Freixo, uma unidade hoteleira de luxo. Em outubro de 2009, decorreu a inauguração do Freixo *Palace* Hotel. As obras de adaptação foram da responsabilidade do arquiteto David Sinclair e a (re)decoração do arquiteto Jaime Morais.

Síntese da cronologia dos principais acontecimentos desde a construção do Palácio do Freixo, de acordo com o enquadramento histórico acima descrito:

1646 – A Quinta do Freixo Pertencia ao Capitão António Pires Picão

1671 – Obtenção da “renovação de prazo fateusim da Quinta do Freixo, que era forasteira ao Cabido da Sé do Porto” pelo Capitão Roque Pires Picão, filho e herdeiro de António Pires Picão.

1725 – Nicolau Nasoni inicia um trabalho de pinturas na Sé do Porto.

5 de Dezembro de 1744 – É estabelecido o primeiro contrato de obras para a construção do Palácio da quinta do freixo. O contrato é efetivado entre Jerónimo

de Távora de Noronha Leme Cernache (Deão da Sé do Porto) e os mestres pedreiros António da Silva, Manuel Pereira e Pedro Pereira. No contrato, está escrito explicitamente, que será Nicolau Nasoni o autor da planta.

1754 – D. Ana de Noronha Leme Cernache, sobrinha de Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache herda o Palácio do Freixo.

1807 – D. Ana Rosa de Noronha Leme Cernache, Filha de D. Ana de Noronha Leme Cernache, casada com João António Salter de Mendonça – 1º Visconde da Azurara, herda o Palácio do Freixo.

1825 – Jorge Salter de Mendonça, 2º Visconde da Azurara, à morte do pai, herda o Palácio do Freixo.

1850 – António Afonso Velado compra o Palácio do Freixo a Jorge Salter de Mendonça 2º Visconde da Azurara por 15:000\$000 réis.

1865 – António Afonso Velado adquire o título de 1º Barão do Freixo.

1870 – António Afonso Velado inicia o revestimento do exterior do edifício com placas de lousa cinzenta e cimento. Mudança do brasão dos Távora pelo escudo dos Afonso e Cunha.

1872 – António Afonso Velado recebe no Palácio a família Real, (D. Luís e D^a Maria Pia). Nesse mesmo ano, adquire o título de Visconde do Freixo.

Entre 1885 e 1889 – Após a morte de António Afonso Velado, a sua viúva vende a Gustavo Nicolau Alexandre Peters o Palácio do Freixo.

1890 – Companhia Moagens Harmonia, compra o Palácio e parte da quinta do Freixo a Gustavo Nicolau Alexandre Peters.

1910 – O Palácio do Freixo é classificado como Monumento Nacional.

1924 – Foi vendido o portão de entrada do Palácio, tendo sido deslocado para a quinta Russel de Sousa, em Vitorino das Donas.

1949 – É fixada a zona de proteção do Freixo.

1986 – Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional compra o Palácio do Freixo à Companhia de Moagens Harmonia, SARL.

1986 – O Palácio do Freixo, serve de albergue clandestino a marginais e sofre Incêndio que consome parcialmente o interior.

2000-2003 – Palácio que entretanto fora cedido à Câmara do Porto pela Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional, no âmbito do projeto Metrópolis, foi alvo de obras de preservação e salvaguarda. Os arquitetos responsáveis pela obra foram Fernando Távora e Bernardo Távora.

2005 – É aprovada pelo executivo autárquico a instalação de uma pousada no Palácio do Freixo e no edifício das antigas Moagens Harmonia; ficará a cargo do Grupo Pestana, que detêm a exploração da rede de Pousadas de Portugal

2009 – Inauguração do Freixo Palace Hotel. As obras de adaptação são da responsabilidade do arquitecto David Sinclair e a decoração do arquitecto Jaime Morais.

Capítulo II
Palácio do Freixo - Exemplar de Arquitetura
Civil Barroca

A Casa Barroca era construída por mestres de obra e pedreiros, geralmente com planta em U, podendo ser retangulares ou quadrangulares, onde as fachadas, deveriam ser esplendorosas, com um grande número de janelas e varandas, que funcionavam como um cartão-de-visita a quem chegava à propriedade. A Pedra de Armas era colocada na fachada de frontão cenográfico como representação dos senhores e da família que a edificou. Normalmente são casas rodeadas de jardins bem ornamentados e com escadarias a enriquecer arquitetonicamente o acesso ao piso nobre. Os pátios deveriam ser amplos para utilização de carruagens, os jardins ornamentados com azulejos, lagos, fontes, esculturas, e casas de fresco. Os interiores apresentavam, normalmente tetos pintados e decoração em estuque. (Ferreira-Alves, 2005)

No caso do Palácio do Freixo, este apresenta-se com uma planta quadrangular, com quatro torres de topo piramidal, em que cada torre está rodeada por coruchéus menores, terminando com um golfinho no seu topo. A fachada nobre encontra-se virada a sul, para o rio, onde se encontra o emblema heráldico dos Távora que serviu de mote para várias peças de estatuária, figuras de cantaria e outros elementos decorativos do jardim e da casa. O Palácio apresentava também um portão principal, na fachada virada a poente, inspirado no frontispício do Tercero y Quarto libro de Architectura de Serlio⁶ e, ainda, um majestoso *Belvedere*, em forma de hemicírculo, típico da arquitetura italiana da época.

2.1. Portão de Entrada

O portão de entrada original terá sido vendido e retirado ainda antes de 1924 e reconstruído na propriedade de António Russel de Sousa, em Vitorino das Donas (em Ponte de Lima) (Smith, 1966). Este portão apresenta uma moldura granítica

⁶ A portada foi transferida para Vitorino das Donas (Ponte de Lima). Ferreira-Alves, J – (2001) *A casa nobre no Porto na Época Moderna*. Edições INAPA. p. 135.

ricamente trabalhada, encimada por um golfinho (símbolo da família dos Távora e elemento que figura em toda a arquitetura do Freixo), ladeado por volutas.



Figura 2.1. - Portão Quinta do Freixo – Arquivo Municipal do Porto.



Figura 2.2. - Portão Quinta do Freixo – Vitorino das Donas. – Arquivo Municipal do Porto.

Nasoni escolheu o golfinho como representação do Freixo, de acordo com Silva (1958), talvez em homenagem ao rio Douro, apresentando-o em conjunto com outros elementos bucólicos da quinta. O delfim apresenta-se sem brasão e, da sua cabeça saem festões que vão ao encontro das conchas laterais contorcidas. Por baixo deste existe uma abertura em que nas laterais estão volutas projetadas. Por baixo nas laterais do conjunto, escorrem verticalmente dois frisos de cada lado, compostos por motivos florais e frutos. No topo dos frisos que ficam junto à porta, estão esculpidas de um lado a cabeça de baco e do outro a de um turco⁷.

⁷ Elementos fundamentais na Epopeia de Malta Silva, A. (1958). *Nobres Casas de Portugal* (Vol. I). Tavares Martins p. 153.

2.2. Pedra de Armas

A pedra de armas, desde há já centenas de anos que tem um grande simbolismo que está sobretudo relacionado com a representação social. O desenho representado na Pedra de armas obedece às leis da heráldica, cuja peça principal é o escudo. Ao lado deste existem outros adornos. Neste caso em particular, do Palácio do Freixo, as pedras de armas em questão, têm como função representar a linhagem das famílias, que o habitaram, afirmando o seu estatuto social e enobrecendo a construção.

A pedra de armas original, pertencente à família dos Távora de Távora de Noronha Leme Cernache, teria um “... *coronel e ostentando como timbre a torre dos Noronhas, como se pode verificar num dos cinco desenhos de J.C.V. Vila Nova, de 1833.*” (Smith, 1966, p. 156). A Pedra de Armas que atualmente é possível encontrar no Palácio do Freixo, na fachada a nascente, é a de Afonso Velado e Cunha⁸ que veio substituir a dos Távora e que teriam sido picadas no tempo do Marquês de Pombal.

⁸ De acordo com Silva (1958) esta pedra de armas pode ser descrita como *um “Escudo em pala. Na 1ª Afonsos: partido em pala; a 1.ª de ouro, águia de duas cabeças, estendida de negro, cortada de verde, com uma torre de prata lavrada e iluminada de negro – a 2.ª, de prata, um leão de vermelho. Na 2.ª, Cunhas: em campo de ouro, 9 cunhas em 3 palas. Elmo e três quartos. Timbre, os dos Afonsos.”* (Silva, 1958, p.207).



Figura 2.3. - Pedra-de-arms do Palácio do Freixo – Escudo em pala. Heráldica de família (séc. XIX): Afonso-Velado e Cunha. – Arquivo Municipal do Porto



Figura 2.4. - Pedra-de-arms tal como é possível visualizá-la atualmente no Palácio do Freixo. – Arquivo Municipal do Porto

A substituição das armas dos Távora (perseguidos pelo Marquês do Pombal) pelo escudo Afonso e Cunha permitiu ao Barão do Freixo personalizar a sua residência, elevando-a novamente a ser digna de receber a alta sociedade. No comércio do Porto, de Julho de 1972, pode ler-se a descrição da festa que António Afonso Velado deu cem anos antes, onde recebeu a família real, D. Luís e D. Maria Pia.

2.3. Fachadas e Escadarias

Cada fachada tem 31,90 x 27,40m, apresentando cada uma delas uma configuração com um desenho diferente. O Palácio encontra-se em três níveis distintos onde os seus terraços se encontram. As fachadas este e oeste são idênticas, ligadas pela igual disposição das torres. Todavia, a fachada norte está elevada 4,69 metros. Esta extensão do piso superior faz com que as torres desapareçam. A fachada sul tem mais 2,40 metros (Smith, 1966).

A escadaria que normalmente se situa a meio da fachada principal quebra o estatismo da mesma. Quando é criado um espaço na habitação dedicado apenas à escadaria, comum nas casas Barrocas urbanas, significa que existe uma distinção dos espaços e da funcionalidade dos serviços de convivência, demonstrando um campo de maior especialização e qualidade habitacional. O rés-do chão era mais reservado a serviços, enquanto o primeiro andar era a zona nobre reservada aos aposentos do proprietário.

Fachada Sul

A fachada sul virada para o rio Douro, apresenta na sua frente um jardim com um lago com repuxo e uma escadaria em granito de lanços opostos que dá o acesso à portada central, no primeiro piso, a partir do jardim, cujas grandes jarras repetem o ritmo dos jarrões dos muros dos dois lados do bloco da fachada. Este

piso apresenta seis janelas de avental e uma porta ao centro; o segundo piso tem quatro janelas e três portas, todas elas com sacada em granito. Na fachada a meio do seu ático tem esculpido o emblema heráldico dos Távoras, um golfinho circundado por uma coroa de marquês. Uma platibanda, com jarrões decorativos une os torreões desta fachada.

Escreveu Henrique Duarte e Sousa e Reis⁹:

“Admirar vos heis, quando observardes a fachada voltada ao Sul entre dous corpos, que figurão torres coroadas de pyramides, tendo trez ordens de janelas corridas e correspondentes a outros tantos andares, as quaes são altas e elegantes, e rematadas por coronigens e ornatos salientes e muito visíveis; no primeiro andar, que não pode dar-se-lhe o nome de térreo por ser assaz superior ao rez do jardim frontal, vê se no centro do corpo do meio huma porta com escadarias de pedra, que ministão a comunicação com o mesmo jardim; o qual tem no centro uma volumosa taça d`água repuxada em grande quantidade, e he cercado por trez lados de balaustradas de granito finíssimo; o prospeto do palacio por esta parte e como sahido d`entre a verdura dos arvoredos, ou dos campos e emminencias, que lhe ficão nas costas he surpreendente. (...)”

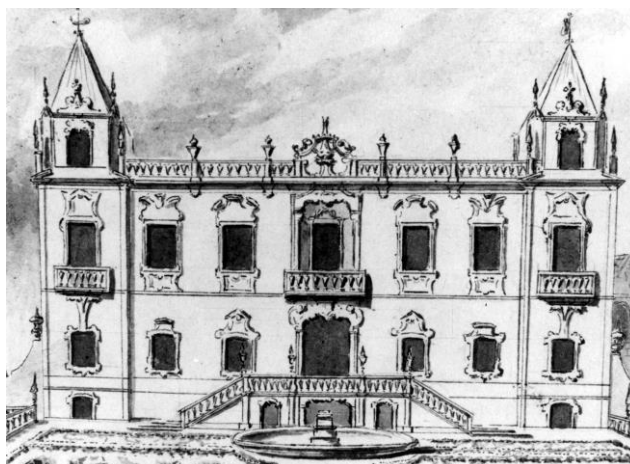


Figura 2.5. - Aspeto geral da fachada sul, do Palácio do Freixo, em 1833. Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova. – Arquivo Municipal do Porto.

⁹ Reis, H. & Brito, M. (1984). *Apontamentos para a verdadeira História antiga e moderna do Porto* (Vol. 5). Biblioteca Pública Municipal do Porto. p. 135.

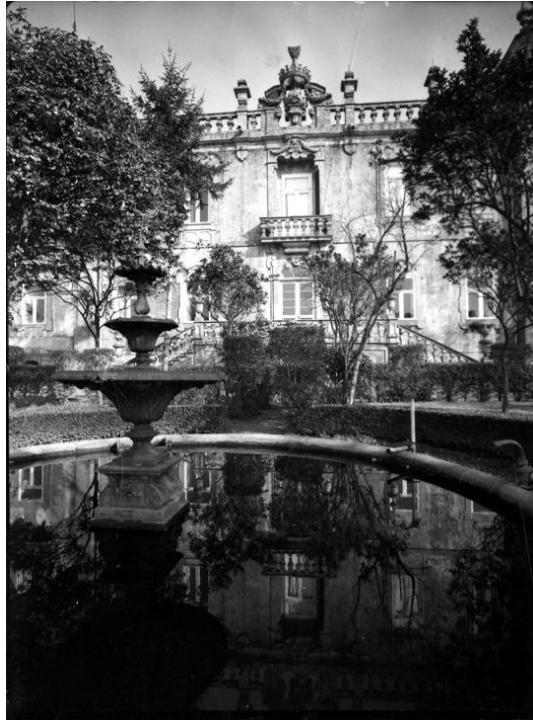


Figura 2.6. - Pormenor da fachada sul do Palácio que permite ver bem o lago. – Arquivo Municipal do Porto



Figura 2.7. - Fachada sul do Palácio: vista geral do edifício. – Arquivo Municipal do Porto.



Figura 2.8. - Fachada sul do Palácio do Freixo. – Arquivo Municipal do Porto

Fachada Norte

Apresenta um piso térreo com seis janelas e uma porta central. Quatro das janelas têm bustos esculpidos no topo e medalhões em gesso. No piso superior existem doze janelas, onde cada duas janelas estão também separadas por bustos. “Com admirável subtileza, Nasoni procurou remediar a perda das torres [causadas pela elevação de 4,69m] pela repetição dos seus cantos chanfrados nos ângulos da zona recuada” (Smith, 1966, p. 155).

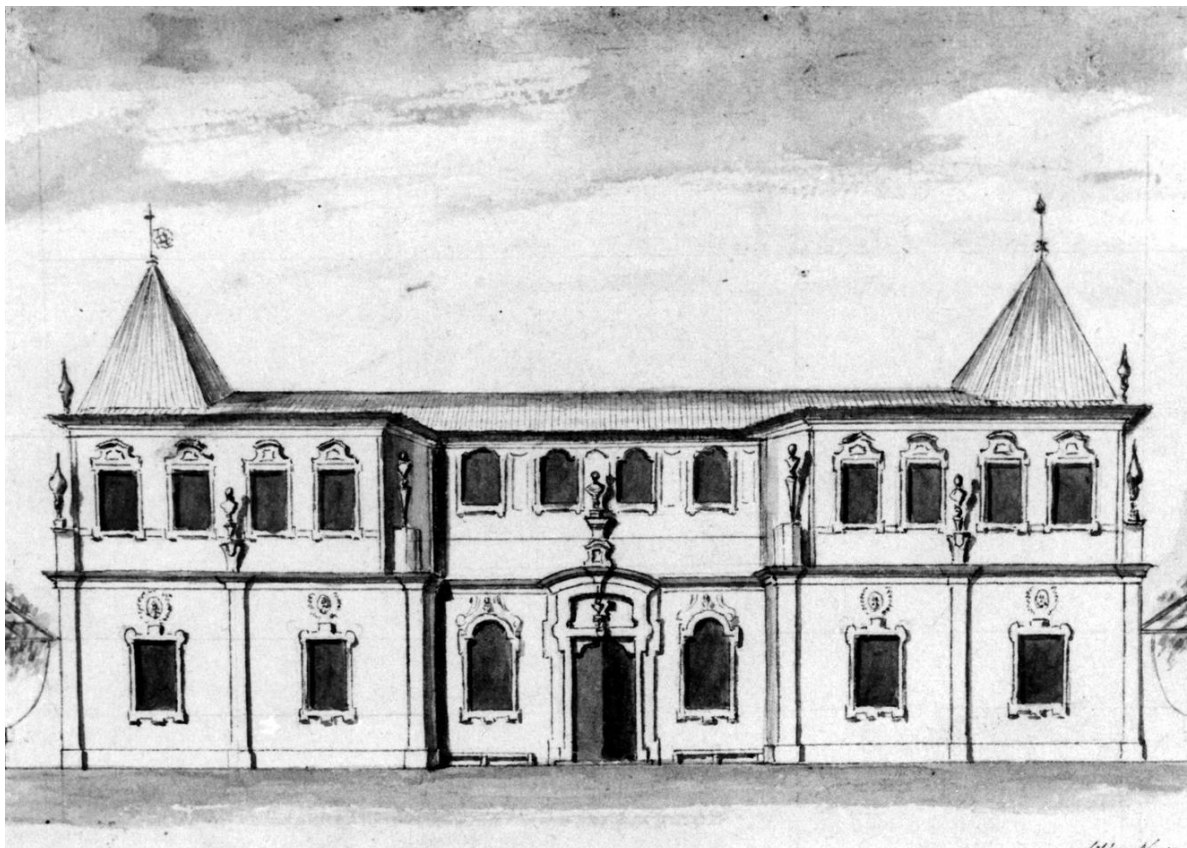


Figura 2.9. - Aspeto geral da fachada norte, do Palácio do Freixo, em 1833.
Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova. – Arquivo Municipal do Porto

Fachada Este

A Fachada Nascente, formada por três pisos, larga e grandiosa apresenta uma escadaria de 14,7 metros, abalaustrada (ricamente decorada com ornatos nos seus patamares), com os primeiros degraus contidos dentro da caixa contíguos à passagem central, formando depois um pátio no seu topo, que permite atingir o primeiro andar. Para este pátio abrem-se quatro janelas e três portadas monumentais, entre altos cunhais, terminando em frontões interrompidos. No segundo andar existem três janelas encimadas por um frontão, decorado por grinaldas e festões. Os elementos miúdos do painel central apresentam golfinhos,

que nos remetem para o brasão dos Távora (Silva, 1958). No centro, atualmente, encontra-se o escudo de Afonso Velado e Cunha.

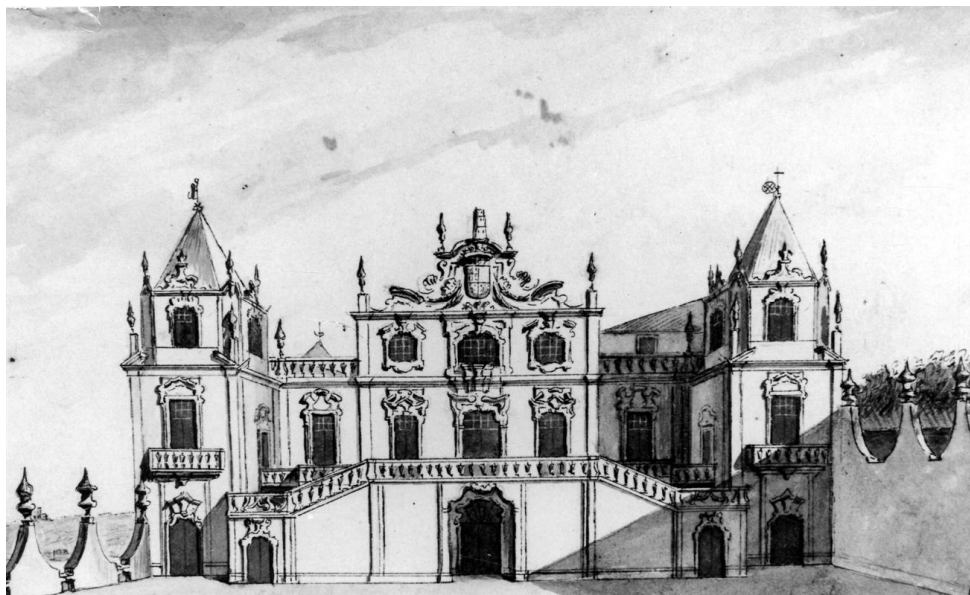


Figura 2.10. - Aspeto geral da fachada este, do Palácio do Freixo, em 1833. Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova. – Arquivo Municipal do Porto.



Figura 2.11. - Pormenor da fachada norte e parte da fachada este em 1993. – Arquivo Municipal do Porto

Fachada Oeste

A Fachada Oeste apresenta um piso térreo com uma porta central e oito janelas. No primeiro piso existem três portas com sacada e seis janelas. No segundo piso, nas três janelas superiores existem torres com nichos chanfrados. Na do meio existem também festões e volutas reminiscentes do portão, tal como as jarras de flores dos remates das outras duas. Uma platibanda, com jarrões decorativos une os torreões desta fachada.

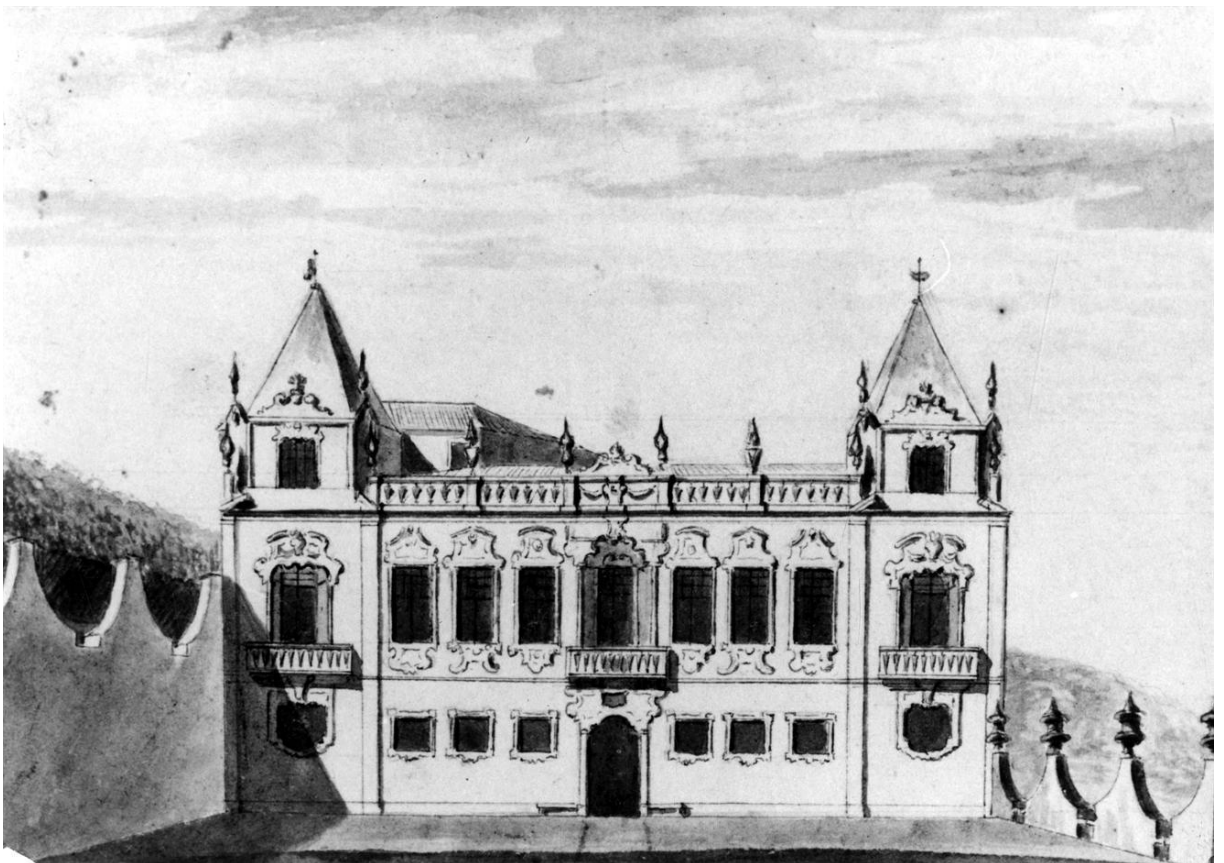


Figura 2.12. - Aspeto geral da fachada oeste, do Palácio do Freixo, em 1833. Desenho de Joaquim Cardoso Vitéria Vilanova. – Arquivo Municipal do Porto

A fachada oeste está virada para um *Belvedere*. Entre o Palácio e o *Belvedere* situa-se o jardim oeste.

O *Belvedere*, típico dos jardins italianos - dá acesso ao terreiro este - construído em forma de hemiciclo, flanqueado por dois pequenos pavilhões (que contêm respetivamente o arco de entrada do recinto da residência e uma escada que permite subir a um terraço abalaustrado. Foi ornamentado com tambores, elmos, escudos e bandeiras com a meia lua turca, canhões, balas, e peças de armaria (Almeida,1976).

O nicho, com as guaritas do paredão parece homenagear a soberana Ordem de Malta, uma vez que remata com um magnífico troféu de armas, baseado nas tarjas militares, na época abundantes em La Valeta (Loureiro, 1981).



Figura 2.13. - Fachada oeste do Palácio do Freixo – Arquivo Municipal do Porto

2.4. Decoração do Interior

Nesta obra em particular Nasoni conjugou muito bem o Barroco italiano com o gosto português da época, dando ênfase à compleição do todo, ao preenchimento dos vazios e à multiplicação das superfícies, onde prevalece o aspeto escultórico tridimensional com o predomínio dos elementos dinâmicos sobre os elementos estáticos. Os tetos e as paredes foram decorados com frisos de grinaldas e festões de folhas pequenas, formando molduras circulares, ovais ou retangulares, que enquadravam as magnificas pinturas idealizadas por Nasoni (Smith, 1966). Após todas as alterações que o Palácio foi sofrendo, e ao vandalismo e abandono a que esteve sujeito, foi através de Smith que foi possível conhecer alguns elementos da decoração do interior do edifício da altura da sua edificação, quando o autor escreve o que se perdeu ao longo da história. Desta forma, este autor refere que foram destruídos:

“implacavelmente, os tectos pintados «no gosto italiano», evidentemente por Nasoni, os ornatos originais da capela de Nossa Senhora da Conceição, na torre nordeste, e do salão que servia de «gabinete para os convidados», do outro lado do grande terraço de entrada. A planta da casa mostra a relação destes aposentos com o «magnifico salão destinado para bailes», logo à entrada do andar nobre, que originalmente tinha um zimbório por cima, como as salas centrais de vários palácios setecentistas da Itália e França. Apesar disso, porém, e a quantidade de janelas das salas circunvizinhas, Henrique de Sousa Reis, que chegou a ver o palácio mais ou menos no seu estado primitivo, achou as salas mal iluminadas e carecendo de «boas servidões», penalizadas pelo «extraordinário desejo de se mostrar grande» que a casa palácio revela. Estranha-se também a ausência, no interior do Freixo, de escadas de pedra, tendo sido as primeiras construídas todas de castanho, cortado nas matas da Quinta da Macieira, outra propriedade do deão. Ele e a família Távora e Noronha habitavam a zona de poente do palácio onde Sousa Reis achou «commodidade a dar luz em abundância».

Finalmente notamos a perda da riquíssima mobília do Freixo, assim como dos jardins fora do recinto da casa, que continham, na zona do norte, muros revestidos de azulejos, cascatas e jogos de água. Constituíram um conjunto sem rival no porto, o triunfo terminal da vida do deão, que tanto fez para enobrecer a sua cidade natal e dar-lhe esplendor artístico. Mereceu as palavras de extremo louvor que Sousa Reis tributou a este «mais precioso monumento do superior espírito e coragem, grandeza d'animo e riqueza d'hum Portuguez, parecendo até incrível que hum Cidadão sem os ativos dos titulares e cortezãos, pertendeo nos tempos passados erguir para si hum Palacio como se fora hum principe».

(Smith, 1966, p.156).

2.5. Capela

As capelas eram, na época Barroca um elemento comum às casas nobres, com a função de culto divino, mas onde habitualmente não existiria culto religioso diário. Além disso, a presença de uma capela associada à Casa Barroca reforça o poder e o estatuto do proprietário (Pereira, 1989). Normalmente pela qualidade da sua arquitetura, estas capelas ocupam um lugar importante na casa. No caso do Palácio do Freixo, encontrava-se na torre nordeste a capela de Nossa Senhora da Conceição “*uma pequenina capela com um interessante lanternin fechado por janelas e colunas de mármore, tendo como remate uma graciosa cúpula decorada a gesso.*” (Silva, 1958, p.208).

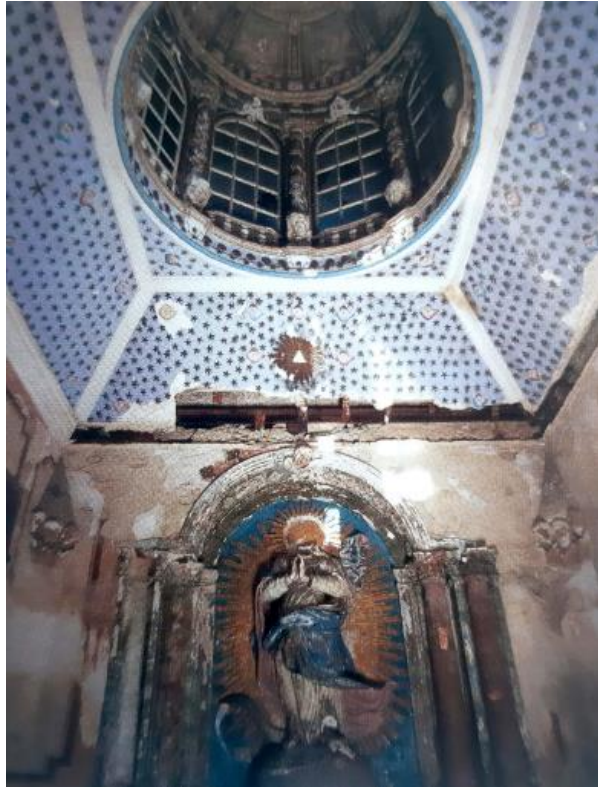


Figura 2.14. - Interior da capela no Palácio do Freixo antes de ser recuperada. (Alves & Piqueiro, 2003)

2.6. Os Jardins

Os jardins eram desnivelados com efeito de perspectiva, sobretudo de quem chegava de barco pelo rio. De acordo com Henrique Duarte e Sousa Reis: *“Vista do Douro, portanto, a propriedade apresentava uma serie de linhas horizontais correspondentes aos vários níveis dos terraços e marcadas pelas fantásticas curvas de gigantescos muros, pontuadas por imensas jarras e pelo ritmo das ricas balaustradas do paredão, das escadas exteriores e das numerosas sacadas das fachadas do palácio. É, se calhar, das casas [...] que vai compartilhar mais elementos com as vilas barrocas da Itália que com a tradicional quinta portuguesa”*.

(Paz, 2016, p. 57).

No período Barroco há uma distinção entre jardim *giardino secreto*¹⁰ e parque, sendo que numa casa Barroca deverá existir a combinação dos dois, e tudo indica que seria assim com o espaço envolvente do Palácio do Freixo.

De acordo com Henrique Duarte e Sousa Reis originalmente a entrada do Palácio do Freixo, pela quinta fazia-se pelo portão principal, ricamente emoldurado com volutas projetadas, a utilização de festões, o uso de frisos verticais com motivos florais e naturais como frutos:

“Seguindo uma alameda que atravessava a zona de bosque, chegava-se ao centro do cenário Barroco composto por Palácio e jardins que se estendiam face às fachadas ocidental e sul, até ao rio”. (...)“Logo após ter-se atravessado o portão, da rua do freixo, ao lado esquerdo, havia um outro complexo ajardinado que seguia a mesma solução de jardins – terraços. O espaço ajardinado, formando trapézios, apresentava dois patamares distintos: o primeiro orientava-se paralelamente à alameda; o segundo gravitava à volta de um jardim circular, formado por dois canteiros concêntricos. Atravessando o primeiro jardim – terraço e subindo numa pequena escadaria de acesso ao segundo patamar, surgia um eixo que atravessava diametralmente os vários canteiros circulares, cujo ponto de fuga se encontrava no centro de uma pequena fonte, situava-se num dos vértices do trapézio.”

(Rocha, 1989, p. 294 e 295).

Para se chegar à casa principal era necessário atravessar um *Belvedere* que diante de si teria o jardim oeste que daria até à fachada do edifício.

“Para delimitar a vista, Nasoni pôs no extremo oeste do conjunto um elegante Belvedere. Aqui principia o eixo horizontal da composição numa pequena calçada, ligada com a diagonal da entrada, que passa pelo centro do andar térreo da casa, dando acesso ao terreiro a leste, dominado por uma grandiosa escada, que servia de entrada nobre à casa. Por este extraordinário arranjo (...) Nasoni obriga o visitante a passar por toda a zona principal da propriedade, no meio de jardins,

¹⁰ “ (...) Define-se um *giardino secreto*, um jardim especial de ornamentação ou ostentação que é colocado bem próximo da casa». (Rocha, 1989, pag. 297)

terraços, terreiros e, finalmente, a própria casa, por um verdadeiro tour de force de cenografia dramática, digna das mais audaciosas invenções italianas.”

(Loureiro, 1981, p.254).

Além dos jardins, a quinta do Freixo apresenta a sul o rio Douro e a oeste, o rio Campanhã, grandes reservatórios de água, que permitiram dotar esta grandiosa obra de diversos elementos Barrocos relacionados com a água, nomeadamente tanques, lagos, chafarizes e fontes, que além de ornamentar, permitiram irrigar os diferentes jardins.

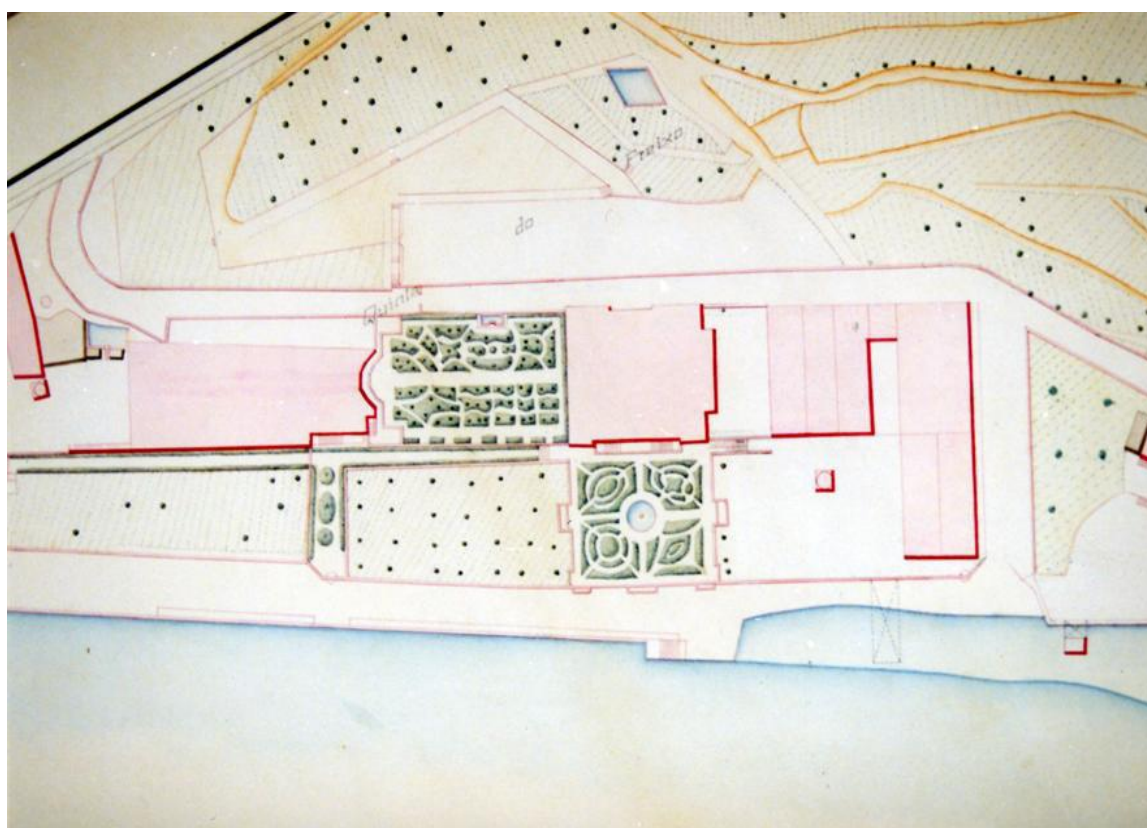


Figura 2.15. - Carta topográfica do Porto - 1892 - Quinta do Freixo - Figura n.º 108 do catálogo: «Nasoni, o autor dos riscos» - Arquivo Municipal do Porto

Toda a zona nobre, tal como descrito por Robert Smith (1966), estava disposta em vários patamares paralelos ao rio. Segundo Araújo (1979), só com a vinda de Nasoni, as criações paisagistas formalistas europeias, tomaram alguma expressão no Barroco do Norte de Portugal.

Capitulo III

**Importância da Classificação do Palácio do
Freixo enquanto Monumento Nacional**

O património é parte integrante da construção social e cultural de uma nação. Tal como refere Martins, em 2009:

“O património cultural é uma realidade viva. Está sempre na encruzilhada entre a memória e a criação. Por isso, a sua preservação obriga ao conhecimento da História, ao recurso rigoroso às melhores técnicas de conservação, à inteligência da ligação ao presente e à capacidade inovadora. [...] a cultura exige reflexão que permita o enraizamento do Património (material e imaterial), da Herança (transmitida incessantemente entre gerações), e da Memória (como garantia de permanência) enquanto fatores de desenvolvimento humano”.

(Martins , 2009, p.55).

É então importante que existam políticas de proteção do património que garantam que estes “arquivos” se preservam para memória futura, permitindo a passagem de testemunhos de geração em geração. Estas políticas de proteção aplicam-se aos bens classificados.

“Entende-se por classificação o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural”. (nº1 do art.18º da Lei nº 107/2001).

O Decreto-Lei nº309/2009, de 23 de outubro regulamentou o ato de classificação: *“Um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação, sendo que para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adotar-se-á a designação Monumento Nacional”.*

Então, que vantagens há para os bens patrimoniais, o facto de estes serem classificados?

Depois de classificados os bens, passa a existir um registo dos mesmos, o que permitirá perdurar a memória coletiva, de forma contínua e atualizada, contendo informação (preferencialmente exaustiva), que é facultada aos cidadãos e

organismos interessados. Desta forma, há a transmissão da herança nacional que acompanhará as diferentes gerações num percurso civilizacional comum.

O ato de classificar o património, pode ser sinónimo de que em caso de necessidade, haja cooperação entre diferentes identidades, de acordo com os deveres de colaboração, informação e assistência nacional ou até mesmo internacional.

Classificar o Palácio do Freixo como Monumento Nacional em 1910, dada a sua importância arquitetónica e histórica, deveria ter sido sinónimo de identificação, proteção, reconhecimento, salvaguarda, restauro e divulgação do património, dando-o a conhecer, conservando-o e valorizando-o. O facto do Palácio do Freixo estar classificado, deveria impedir todo e qualquer processo desadequado que lhe causasse desfiguração, degradação e/ou perda de elementos integrantes que o caracterizavam.

A classificação do património permite organizar de forma concertada, planeada e expedita, as intervenções necessárias a executar quer nos bens móveis, quer nos bens imóveis. Uma vez que a classificação promove também o bem-estar cultural, social e económico, deveria ter promovido a implementação do estudo e a investigação científica e pedagógica do respetivo bem.

Todavia, no caso concreto do Palácio, depois da classificação como Monumento Nacional, apenas em 24 de março de 1949 foi fixada a sua zona de proteção especial do Freixo. Entre esta data e até à revolução de 25 de abril de 1974, foram sendo criadas várias leis de proteção do património. Apesar disso, o Palácio do Freixo foi sofrendo vandalismo e degradação constante, acabando por ficar ao abandono.

Em 1980, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), tornou-se o órgão público responsável pela inventariação e classificação. Cinco anos mais tarde, surgiu a primeira lei de bases do Património Cultural Português, a Lei N.º 13/85, de 6 de Julho definindo, através da classificação, os procedimentos relacionados com a proteção dos bens que o integram, contemplando inclusivamente o património cultural imaterial.

Em 1986, após um grande incêndio no edifício, o Estado adquiriu o Palácio e cedeu-o, mais tarde, à Câmara Municipal do Porto, para que este pudesse

finalmente ser preservado, tendo em conta a sua história e a sua utilização futura, uma vez que a classificação como Monumento Nacional albergava em si mesma, inevitavelmente, um conjunto de obrigações que não estavam a ser cumpridas. Reconstruir, restaurar e valorizar um sítio e torná-lo visitável não era só assegurar um acesso e abrir as portas. Implicava uma gestão diferenciada, tão diferenciada quanto a valorização a que se aspirava. Vítor Serrão (2001)¹¹, afirma que *“como todas as coisas na vida, as construções de arquitetura [...] também definham, envelhecem e, a menos que existam condições de restauro, vontade política e medidas cautelares de preservação, tendem a desaparecer”*.

Figueiredo (1986) após o incêndio sofrido pelo Palácio do Freixo escreveu a este propósito que:

“O legislador, tantas vezes define e redefine normas de tipo vanguardista que as comunidades não apreendem nem sentem como necessidades suas. Com certo orgulho decide que esta construção conventual, aquela capela, ou ponte, ou casa solarenga, não pode ser demolida, descaracterizada ou degradada, porque é Monumento Nacional. Mas fica-se por aí, na sua cegueira ou na sua mentira. E, pior que tudo, é que permanece silente enquanto a degradação do tempo e a mão criminosa realizam o trabalho negativo que se dizia querer impedir – e produzem o aviltamento proibido. Emerge a permissividade, dissipam-se as convicções; o orgulho motivador perde o sentido; despreza-se o enquadramento legal.

Como qualquer empreendimento, o Monumento Nacional deve basear-se, para que não seja limitado no tempo, numa sucessão de contratos motivadores e rigorosos nas responsabilidades e nos custos que permitam a acção com conhecimento de causa e garantam o impacto na comunidade.”

(Figueiredo, 1986, p. 208)

Newman (1973), defende que certos espaços são mais suscetíveis aos atos de vandalismo, quer pela sua natureza física que poderá ser propensa a essa atividade, quer pela dificuldade de vigilância, que levará a uma aparência degradante do espaço ou do edifício, e pelo condicionamento social

¹¹ Vítor Serrão in Portugal em Ruínas, de Gastão de Brito e Silva.

consequentemente criado, como o desinteresse pelos espaços e equipamentos e o receio pela integridade física.

No caso concreto do Palácio do Freixo, chegou a um ponto, em que era muito urgente a recuperação tanto do edifício em si, como de todo o seu espaço envolvente.

Na verdade, antes da recuperação do Palácio e de toda a área envolvente, era bastante perceptível que toda a zona do Freixo/Azevedo estava bastante degradada. “O sentido evocado ao termo património é o da permanência do passado, da necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento.” (Ferreira, 2006, p.79).



Figura 3.1.- Obras no Palácio do Freixo em 1987.¹²

¹² Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005458 [consultado em 12/02/2022]



Figura 3.2.- Obras no Palácio do Freixo em 1987, onde é visível a degradação do Palácio.¹³

Provavelmente pelo facto do Palácio do Freixo ser classificado como Monumento Nacional, durante o ano de 1986 e 1987 decorreram diversas obras no mesmo, que apesar de não conseguirem preservar o edifício, conseguiram mantê-lo fechado para evitar ainda mais degradação e vandalismo e no seu interior.

Em boa verdade, é necessário cuidar e preservar o património para este seja realmente “...reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si” (Ferreira, 2006, p.79).

Segundo o estipulado na Lei de Bases do Património Cultural Português (2001): “*integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização*”.

¹³ Disponível em:
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005458 [consultado em 12/02/2022]

A qualidade de vida no meio urbano, está efectivamente relacionada com a congruência e a harmonia das políticas de recuperação do património existente. A sociedade deverá ter direito a espaços de memória coletiva e à fruição estéticas destes mesmos espaços.

“O património faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar os acontecimentos mais importantes; daí a também a sua relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do património.” (Rodrigues, 2012, pag.4).

Apenas no ano 2000, no âmbito do projeto Metrópolis aprovado em 1998, através da agência para a modernização do Porto (APOR), este Monumento Nacional designado como Palácio do Freixo pôde voltar à sua sumptuosidade e magnificência, sofrendo a tão esperada intervenção de restauro, proteção e salvaguarda, há tantos anos ansiada. Finalmente a preservação do património histórico foi encarada como serviço público, uma vez que, o património é, na verdade, a essência de um local, indissociável da sua identidade, remetendo-nos para a história do mesmo, que ocorreu num determinado tempo.

Nestas obras houve uma preocupação clara pela manutenção de um carácter identitário na construção de um sentido de comunidade. Portanto, para além da recuperação física do monumento, foi necessário pensar na sua integração na zona em que o património está inserido e, ainda, promover o seu acesso à população em geral, reforçando desta forma os laços de pertença entre o bem e a comunidade.

Atualmente a classificação do Palácio do Freixo já permite estabelecer uma estreita articulação entre a administração do património cultural e os restantes intervenientes que têm a tarefa de proteger e salvaguardar este bem patrimonial classificado como Monumento Nacional, tendo em conta o ordenamento do território, o desenvolvimento sustentável da comunidade, a educação e a formação e, ainda, o apoio à criação cultural e de turismo. Promovendo o bem-estar cultural, social e económico, possibilitando a implementação do estudo e a investigação científica e pedagógica.

É também do conhecimento geral que o facto de um determinado bem estar classificado, aumenta o interesse da população em se deslocar a determinado local. Muitas vezes “património classificado” é sinónimo de carimbo de qualidade no seu cartão-de-visita, uma vez que há muitos turistas que escolhem o destino pela sua classificação, o que acontece também com o Palácio do Freixo.

Capítulo IV
Reabilitação do Palácio do Freixo no Final do
Século XX

Ao longo de quase todo o século XX, o Palácio foi deixado ao abandono sofreu vandalismo, foi incendiado e ficou muito longe da obra sumptuosa que outrora existira.

De acordo com Loureiro, 1981:

“ O tardo do Belvedere e o portal que por debaixo dele nos parece seria o acesso ao palácio, foram entaipados (já assim aparece na bela carta da Cidade do General de Brigada Augusto Teles Ferreira, de 1892) por um armazém destruído por um incêndio há cerca de dois anos [em 1979], com evidentes riscos para os jardins e a própria casa”

(Loureiro, 1981, p. 18).



Figura 4.1. - O tardo do *Belvedere* e o portal entaipados. (Alves & Piqueiro, 2003)

Além disso:

“Os numerosos casos de desrespeito acentuado nesta matéria – o Palácio do Freixo é flagrante específico numa advertente lista – vão no sentido da aludida complacência, e diagnosticam uma perturbação tradicional de comportamento: a falta de uma prática de oposição administrativa firme e eficaz à degradação do património”.

(Figueiredo, 1986, p.209).

Nesta altura, em 1986, no mesmo artigo do jornal *O Tripeiro*, pode ler-se em nota de rodapé que estavam previstas obras de restauração do telhado e das paredes exteriores do edifício, contudo, sem qualquer referência à possibilidade de obras no interior do mesmo, que se encontrava, por esta altura, profundamente degradado.

Pinho Brandão escreveu que:

“O Palácio do Freixo com os seus jardins é incontestavelmente uma das obras mais significativas de Nicolau Nasoni no domínio da arquitetura civil. Pela incúria e inconsciência dos homens e inclemência do tempo encontra-se em péssimo estado de conservação. Abandonado, desprezado, espoliado, até incendiado, tem um longo e doloroso rosário de mágoas a contar.

(Brandão, 1987, p.130).



Figura 4.2. - Pormenor do portal entaipado. (Alves & Piqueiro, 2003)



Figuras 4.3. e 4.4.- Degradação e vandalismo patente nos elementos exteriores da casa (Alves & Piqueiro, 2003).

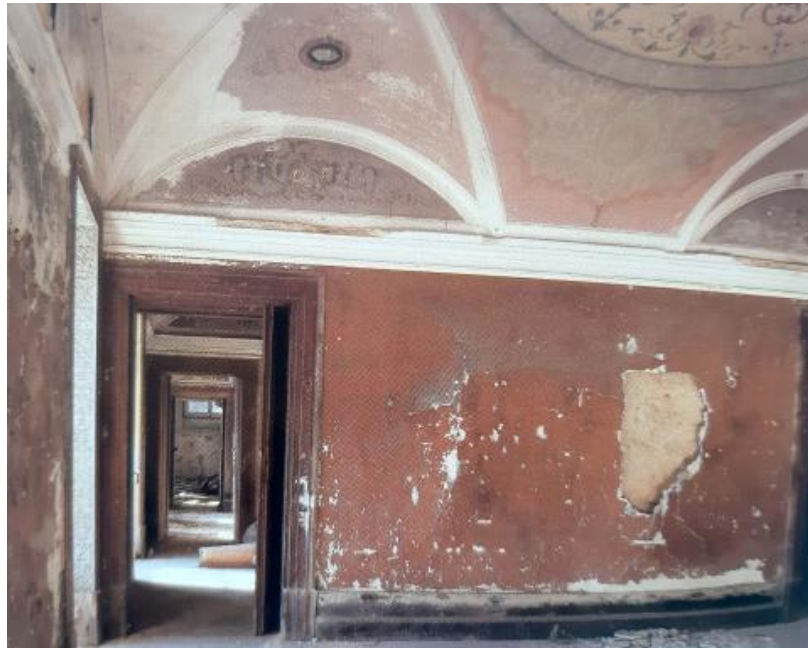


Figura 4.5. - Degradação e vandalismo patente no interior da casa, ao nível das paredes e teto.
(Alves & Piqueiro, 2003).



Figuras 4.6. e 4.7. - Degradação e vandalismo patente no interior da casa, ao nível das escadas. (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.8. - Degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível da pintura e da decoração em estuque - Sala do Visconde Velado (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.9. - Degradação do interior da casa, nomeadamente na pintura das paredes de uma das salas (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.10. - Degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível das paredes e dos tetos - Sala do Visconde Velado (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.11. - Pormenor da degradação da decoração em estuque do teto - Sala do Visconde Velado (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.12. – Pormenor da degradação do interior da capela (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.13. - Degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível do chão e das paredes - Sala dos Espelhos (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.14. - A degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível dos tetos e das paredes (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.15. - A degradação do interior da casa, nomeadamente ao nível da pintura dos tetos do Hall (Alves & Piqueiro, 2003).

Sobre as diversas obras que decorreram no Palácio do Freixo nos anos de 1986 e 1987 Brandão escreveu que *“este restauro será um trabalho dispendioso e demorado. Queira Deus, porém, que as obras prossigam a bom ritmo e cheguem a seu termo, e que não se abandonem os trabalhos antes de concluídos. Seria uma grande desilusão!”* (Brandão, 1987, p.130).

4.1. Intervir no construído

Um artigo de Fernando Távora ao mesmo jornal *O Tripeiro*¹⁴ refere as obras realizadas pela DGEMN relativas à cobertura e caixilharia, nos anos de 1986 e 87, encontrando-se contudo em 1998 num processo de degradação profunda e a necessitar de uma intervenção urgente.

Apenas em fevereiro de 1998, se colocou em prática a real recuperação do Palácio do Freixo, através da agência para a modernização do Porto (APOR), que no âmbito do programa Metrópolis, através do arquiteto Fernando Távora, descendente de D. Jerónimo (o seu primeiro proprietário), iniciou o processo de coordenação e gestão da zona cultural do Freixo. Esta intervenção obrigou ao desvio da estrada nacional 108 para depois se poder recuperar o edifício, tentando manter os espaços exteriores e interiores próximos aos originais. A vontade de preservar não se pode confundir com a vontade de fossilizar um monumento. A preservação do Palácio do Freixo e da sua envolvente passou pelo conhecimento da história do edifício até ao presente. Com esta informação houve uma adequação ao funcionamento do bem patrimonial para que este continue a desempenhar o seu papel, obviamente que ajustado ao tempo presente. Assim, os arquitetos que projetaram as obras de recuperação deste edifício histórico não se esqueceram de dar atenção à identidade do antigo.

¹⁴ O Tripeiro. - Porto. - Série 7, Ano 21, nº 6 (2002), p. 163



Figuras 4.16. e 4.17. - Obras realizadas para desvio da estrada Nacional nº108 (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.18.- Início das obras de recuperação do Palácio do Freixo (Alves & Piqueiro, 2003)



Figura 4.19. - O Palácio do Freixo e as suas áreas envolventes em fase de recuperação (Alves & Piqueiro, 2003).

Segundo a noção de património, os conceitos e as metodologias de intervenção no mesmo, estão relacionados e têm vindo a sofrer alterações formais e culturais ao longo do tempo.

De acordo com Moreno:

“A recuperação de edifícios para utilização futura tem como consequência a necessidade de um léxico preciso que indique com a maior exatidão o tipo de trabalho que é necessário realizar em cada caso [...]. Reabilitação, restauração, consolidação, reforma, reutilização, remodelação, reestruturação, conservação, recuperação, é uma vasta panóplia que, de facto, tem sido enriquecida com uma série de nomes criando algumas ambiguidades”.

(Moreno, F. P., 1985, p. 7)

Relativamente à recuperação do Palácio do Freixo, levada a cabo pelos arquitectos Bernardo Távora e Fernando Távora, este último considerou que: *“o trabalho iniciou-se pela recuperação base, que assegurou condições fundamentais ao tratamento do programa arquitetónico e decorativo do edifício.[...]. Complementando o processo para tornar o edifício estanque a entrada de água, promoveu-se a implementação do sistema de drenagem de águas subterrâneas, eliminando os problemas de infiltração e migrações capilares, a reposição de rebocos de revestimentos em argamassas tradicionais...”.*

(Távora, 2003, p.6).

Para Fernando Távora todos os lugares e edifícios têm uma história, um tempo e uma memória que informa o novo projeto. A intervenção no edifício existente não deverá ser encarada apenas como reabilitação, recuperação ou reutilização, deve sim ser vista com a mesma responsabilidade com que se encara a conceção de uma obra nova, onde existe uma envolvente construída que deve ser respeitada e onde o novo edifício se deve integrar e relacionar. Este arquitecto referiu inclusivamente que:

“[...] Cheguei à conclusão de que os problemas que se colocam na intervenção neste tipo de edifícios [bens que necessitam de restauro], os problemas de património ou de nova arquitetura, não são na realidade um problema diferente. Se tenho um vazio, um espaço entre empenas, eu não tenho algo preexistente,

mas tenho uma responsabilidade, uma preexistência que está aos meus dois lados e que me condiciona muitíssimo. [...] portanto, sempre se coloca um problema de criação”.

(Fernando Távora em entrevista a Javier Frechilla” in *Arquitectura* 261, p. 28)

O contato de Távora com uma arquitetura que nasce da razão e da necessidade, ter-lhe-á fornecido lições fundamentais sobre a compreensão da forma e dos lugares e a necessidade de uma intervenção única, não só como resposta às gentes e à sua história, mas também às gentes e à história de determinado bem patrimonial, em função do seu contexto histórico, cronológico e social, numa relação contínua de influência mútua (Mendes 1999). Desta forma, Távora trabalhou e moldou a história, usando-a como matéria do seu projeto. No Palácio do Freixo quis que a sua obra fosse inclusiva, com valor patrimonial, que pudesse redefinir o bem (em questão) de forma permanente, onde o Homem e o lugar fossem a resposta.

Para Fernando Távora e José Bernardo Távora, como arquitetos responsáveis pelo projeto, no que diz respeito ao Palácio e áreas envolventes, interessou-lhes a forma física e o nível de degradação existente, mas também o significado de valor cultural, enquanto obra de arte projetada por Nicolau Nasoni.

De acordo com Távora (2003):

“a primeira fase da vida do edifício revela que foi alvo de um cuidadoso, amplo e seguro projecto adoptando o modelo de uma “Vila” renascentista, que ocupa um ponto elevado sobre o rio e se abre sobre os quatro pontos cardeais, gerando eixos interiores da sua planta que se projectam sobre a paisagem exterior, assim consequentemente estruturada. De destacar uma clara definição de cada uma das suas quatro fachadas, a qualidade do seu tratamento exterior e a sua relação com os espaços internos; uma obra de grande dignidade e marcada presença que constitui o mais notável edifício civil produzido pelo seu autor [Nicolau Nasoni]. [...] Na sua segunda fase o edifício é quase totalmente mantido no que toca aos seus espaços exteriores próximos e na estrutura espacial dos seus espaços internos, excepto, porventura, no que refere a volumetria do sector norte e ao regime de acessos verticais. Mantidos embora na generalidade os espaços internos, eles são, entretanto, tratados com estuques, pinturas e carpintarias à

maneira da época, subvertendo a granítica sobriedade Nazoniana, outrora compensada seguramente pela pintura a fresco, de que restam envergonhados exemplos” [...] Com efeito, [...] com a instalação de uma fábrica de moagens [...] perde-se parte da sua evolvente [...].

Na sua última e actual fase o edifício prosseguiu o seu destino: abandonado como residência – factor contribuinte para a situação actual [...].

(Távora, 2003, p.5).

A classificação de Património Cultural da Humanidade ao centro histórico do Porto, acabou também por acenar à conservação e preservação dos bens classificados, como permanência do antigo, evocando a nostalgia do antigamente e da história das gentes, tentando dar uma ideia de permanência (do centro histórico e dos seus bens) como sinónimo de estabilidade e de cuidado pelo património, tantas e tantas vezes lugares de memória de cada um de nós e dos nossos antepassados.

A título pessoal, os arquitetos manifestaram a sua opinião quanto ao destino a dar ao Palácio e revelaram que mais do que servir para fins administrativos, um monumento com esta representatividade e com o enquadramento que no fim da obra tem, mereceria uma utilização diferente.

A variante à estrada nacional 108 surgiu como uma necessidade de desvio do trânsito que atravessa o terreno do Palácio, para uma localização afastada, logo mais parecida com a original.

4.2. O Palácio do Freixo e a tentativa de recuperação do património original

O conceito de restauro (Luso, 2004), no sentido lato, existe desde os primórdios da humanidade, por necessidade de conservar e restaurar os primeiros instrumentos criados. A atividade de restauro, como hoje a conhecemos, tem as suas origens nos séculos XVIII e XIX. Todavia, foi no século XX, que se definiu o conceito de restauro, através da Carta de Atenas de 1931. Neste documento consta a definição de monumento e quais os procedimentos para proceder à sua

conservação e restauro, salvaguardando sempre a sua identidade cultural. Esta carta foi um primeiro passo, revisto novamente em várias ocasiões (Veneza em 1964, Itália em 1972, entre outras) sendo a última revisão de 2000 com a carta de Cracóvia.

Como atividade “primária” o restauro dedica-se ao pormenor da preservação da originalidade do bem arquitectónico. É uma atividade minuciosa realizada de forma manual, normalmente morosa e que utiliza produtos químicos.

No que concerne ao Palácio do Freixo, não se pode (nem deve) esquecer a situação parcial de abandono em que o imóvel se encontrava (em 1998), num dilema entre uma antiga Quinta de Recreio/ Palácio com paredes meias com uma moagem, agora um espaço público, com estrada próxima, mas de fraca acessibilidade e pouco convidativa a paragens, encontros ou contemplações. Todavia o potencial paisagístico, artístico e histórico convidava a iniciativas de reabilitação e restauro. Mendes em meados de 1999 afirmou que:

“Na conservação do existente, se se problematiza a operatividade do “valor de evocação”, do “valor histórico”, do “valor artístico”, do “valor de antiguidade”, como percepção moderna da natureza do antigo, como esforço vital de manifestação cultural e disciplinar modernas, logo acena a sedução da diferença e da mudança operadas por um processo orientado por pautas produtivistas distraídas com a evasão mumificante do antigo, com a reabilitação desfocada para um restauracionismo economicista e festivaleiro, os quais são tudo menos atenção à identidade do antigo.”

(Mendes, 1999, p.24).

Apenas quando o projeto é entregue a Fernando Távora, é que é pensada uma recuperação do passado, a partir da confluência da história da memória e da contemporaneidade.

No que respeita à conservação e restauro do Palácio do Freixo, estes, foram definidos tendo como principio as diretrizes relacionadas com a gestão de património cultural, tentando sempre que existisse uma eficiente administração de recursos patrimoniais, humanos, económicos e materiais, sem nunca retirar o foco dos objetivos sociais associados ao património cultural aferido ao Palácio do Freixo. A este propósito Mendes escreveu que:

“No projeto, enunciar-observar-desenhar são expressão criativa em sistema aberto no qual e pelo qual informam-enformam a modificação para transformar. Dito isto, é preciso não deitar fora simplesmente o passado e toda a sua história: o que é preciso é considerar o passado como presente histórico. Na prática, não existe o passado, o que existe ainda hoje e não morreu é o presente histórico. O que é necessário salvar - aliás, salvar não, preservar - são certas características típicas de um tempo que pertence ainda a humanidade. [...]. Num trabalho de restauração arquitetónica é preciso criar e fazer uma seleção rigorosa do passado". "O resultado é o que chamamos de presente histórico.” (Mendes, 1999, p.26).



Figura 4.20. - Processo de conservação e restauro no interior do Palácio. Pormenor de uma parede (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.21. - Processo de conservação e restauro da pintura no interior do Palácio (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.22. - Processo de conservação e restauro no teto do interior do Palácio (Alves & Piqueiro, 2003).

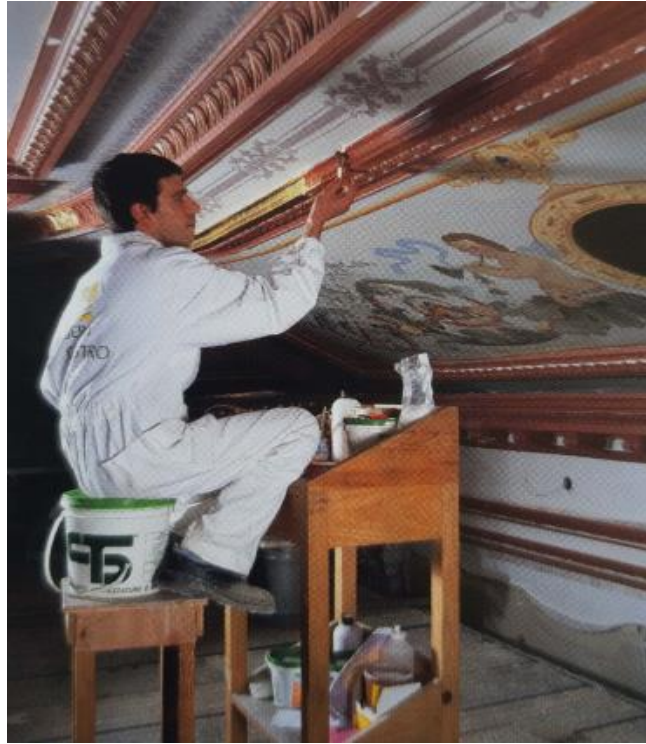


Figura 4.23. - Processo de conservação e restauro no interior do Palácio (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.24. - Processo de conservação e restauro numa pintura de um dos tetos do interior do Palácio (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.25. - Processo de conservação e restauro num corredor interior do Palácio (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.26. - Processo de conservação e restauro no interior do Palácio. Pormenor de um trabalho realizado numa parede (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.27. - Processo de conservação e restauro no interior do Palácio - Sala do Visconde Velado (Alves & Piqueiro, 2003).

Conseguindo uma identidade urbana e arquitetónica dos espaços através de um percurso que os unifica, a intervenção no património foi acompanhada de uma importante investigação arqueológica e histórica, mas também de um trabalho científico e técnico na procura da melhor solução de restauro. Trabalhou-se na tentativa de melhorar a relação entre a obra nova e a antiga, não esquecendo o respeito pela história, pela sua preexistência, pelas suas gentes e por toda a sua envolvente.

Relativamente a toda estas intervenções no Palácio do Freixo, Távora escreveu que:

“ A intervenção sobre este imóvel (...) desenvolveu-se por forma a eliminar os fatores de alteração sem pôr em causa a autenticidade do mesmo” (edifício). (...) Assim, na medida do possível, foi sempre decidida a promoção da duplicação dos elementos ausentes, devido à existência de registos e documentação que

permitam a reposição de ornamentações e valores cromáticos de acordo com o original, e que asseguravam uma atuação eticamente válida e fundamentada. Elementos ausentes e sem referências foram reintegrados a liso e assumidos como um neutro.

(Távora 2003, p.4).

Mas nem tudo o que Fernando Távora tinha projetado foi possível de realizar, tendo o projeto inicial sofrido algumas alterações.

De acordo com Langford:

“Ficamos a saber que o projeto não se realizará na totalidade como inicialmente estava previsto, dado que, nos terrenos adjacentes ocupados, serão conservadas as edificações de cariz industrial posteriores ao palácio, por razões que adiante se verão. No início, prevendo-se a disponibilidade dos terrenos vizinhos a Nascente e a Poente, o projeto incluía o aproveitamento dessas parcelas com um prolongamento dos jardins já existentes ao longo da linha de água, recuperando a visão que deslumbrou e inspirou Nasoni por se situar «justamente no dorso da curva que ele (Douro) aí faz, de forma a tirar partido das vistas que dali se deparam» ”

(Langford, 2002, p. 166).

O projeto inicialmente apresentado, contemplava a oeste a construção de uma marina fluvial, um pavilhão de exposições e um parque subterrâneo. Postas de parte estas propostas, o Palácio ficou, a oeste, entre o Museu Nacional da Imprensa e a este pelas antigas instalações da fábrica Harmonia, agora já ligada estruturalmente ao Palácio do Freixo. O acesso é feito pela fachada norte, numa cota superior. Na cota mais alta, no alinhamento com a estrada nacional, fazendo lembrar a arte Barroca, encontra-se um amplo tanque de água, visível de diferentes pontos e que permitirá servir de referência para o local. Já a fachada sul, conseguiu manter as suas janelas ao longo do eixo e os seus jardins até onde o Museu Nacional da Imprensa o permitiu.

O projeto de recuperação e salvaguarda do Palácio do Freixo envolveu um corpo técnico especializado de 25 elementos (entre engenheiros, mestres, técnicos superiores de conservação e restauro e técnicos auxiliares), 200 000 horas de

trabalho de conservação e restauro, ao longo de dois anos e meio. A este propósito, Fernando Távora referiu que:

“Na ausência de um programa rígido, mas apenas de um destino, de um local e de uma área, foi intenção (...) conceber um edifício que, para além de responder ao seu enquadramento, natural e construído, proporcione espaços de exposição de dimensões variáveis, flexíveis no seu aproveitamento, com expressão e identidade própria [...]”.

(Távora 2003, p.3)

Desta forma, pode então considerar-se que o Palácio, após a intervenção de Fernando Távora, se tornou numa unidade dinâmica disponível para o desempenho de diversas funções, de maneira a poder rentabilizar-se de uma forma condigna, preservando e salvaguardando o seu património.



Figura 4.28. – O Palácio do Freixo já recuperado, depois do término das obras em 2003 (Alves & Piqueiro, 2003)



Figura 4.29. - Pormenor da fachada este do Palácio do Freixo já recuperada, depois do término das obras em 2003. (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.30. - Áreas envolventes do Palácio do Freixo já recuperadas, depois do término das obras em 2003. Pormenor dos jardins (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.31. – Pormenor da área envolvente do Palácio do Freixo, em frente ao Douro, já recuperada, depois do término das obras em 2003. Vista sobre o rio (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.32. – Sala dos Espelhos no interior do Palácio do Freixo já recuperado (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.33. – Hall do interior do Palácio do Freixo já recuperado (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.34. – Interior da Sala Nobre do Palácio do Freixo já recuperado (Alves & Piqueiro, 2003).



Figura 4.35. – Interior do Palácio do Freixo já recuperado (Alves & Piqueiro, 2003).

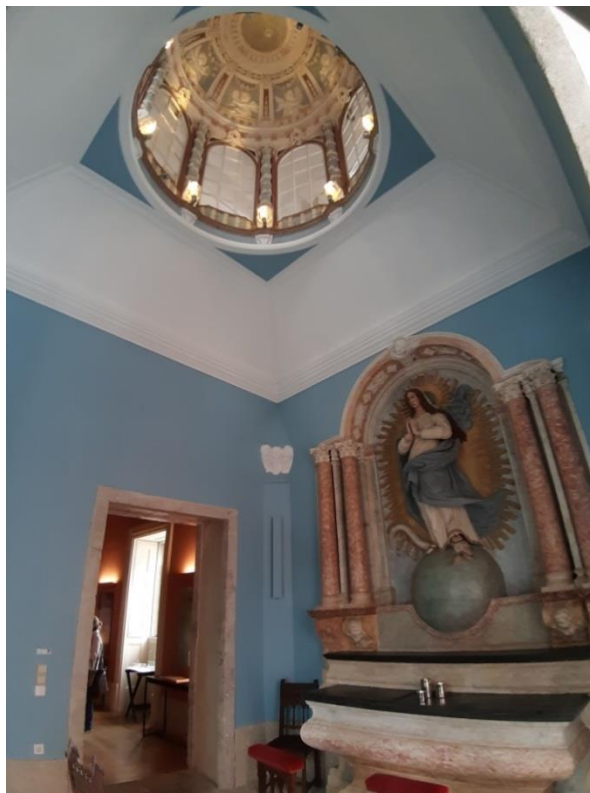


Figura 4.36. - Capela do Palácio do Freixo atualmente (Castro, 2022).

Capítulo V

**A importância do Turismo na Preservação e
Salvaguarda do Património**

O turismo é um fenómeno recente, apenas em 1840 surgiu a primeira agência de turismo em Portugal, ainda hoje em funcionamento, a Agência Abreu. Todavia, só a partir de 1950, após o fim da segunda grande guerra mundial, o turismo se expandiu largamente. A partir de 1980 o turismo torna-se num importante fator económico de Portugal e de muitos outros países.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, a definição de turismo engloba “o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadias em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros”.

Com a proliferação dos meios de transporte, o crescimento de unidades hoteleiras, o aumento do período de férias dos trabalhadores, no fim do século XX assistimos ao designado turismo de massas, sobretudo graças ao aumento das companhias aéreas low cost e à alteração do estilo de vida das populações de um modo geral “com o aumento da população e do urbanismo, com o desenvolvimento de máquinas e tecnologias que permitem maior tempo de lazer, o turismo surge com uma cada vez maior importância no dia-a-dia do mundo” (Pinto, 2008, p. 6).

Assim, quer seja “por razões religiosas, comerciais, políticas, de expansão territorial, ou por simples curiosidade, a história do homem está profundamente ligada às deslocações e às viagens” (Cunha, 2007). Ao contrário do animal, que de si só deixa passos, o homem deixa coisas, por detrás das quais ele se perfila. O mundo dos objetos pode então ser considerado um mundo de cultura, uma vez que é um mundo de coisas que o homem pensou, fez e das quais que se serviu (Alarcão, 2000, p.15). Após a classificação também a imagem do destino turístico onde o património se insere muda, gerando uma curiosidade natural que poderá motivar o turista a deslocar-se até determinado local.

Na verdade, o turismo resulta fundamentalmente da necessidade de lazer sentida pelo ser humano, neste mundo em que o quotidiano de todos nós se apresenta demasiado corrido e stressante. A agora considerada Pousada de Portugal, Palácio do Freixo, atualmente, consegue encaixar-se nas mais variadas áreas do turismo, sobretudo o turismo de recreio, de repouso, cultural e de negócios. Além disso, a maioria dos turistas que se move com interesse cultural, procura não só a

história, mas também o intercâmbio sociocultural e tudo isto é possível de encontrar no atual Palácio do Freixo.

Felizmente que desde que se percebeu a possibilidade da massificação do turismo que se foram realizando convenções de onde saíam diretrizes para que com o Turismo também fosse possível a salvaguarda do património. Por exemplo, da Convenção para a Protecção Do Património Mundial, Cultural e Natural, realizada em 1972, destaca-se a recomendação da adoção de políticas que determinem a função do património cultural e natural na vida colectiva; a criação de serviços de protecção, preservação e valorização do património; a criação de um fundo para a protecção do património mundial, cultural e natural; e a necessidade urgente de cada Estado criar programas educativos de sensibilização para a importância da protecção do património.

Em 1999, a Carta internacional do Turismo Cultural promovia o desenvolvimento e a interação dinâmica e positiva entre a preservação, conservação e salvaguarda do património e o turismo, respondendo às necessidades turísticas de determinado sitio ou local, sem alterar, danificar ou prejudicar o património em causa.

De acordo com Gonçalves (2012) a salvaguarda do património está presente em dois quadros jurídicos, ao nível da política de ordenamento do território e de planeamento urbanístico; e da política de protecção e valorização do património cultural.

O património urbano permite efetivamente a sobrevalorização da imagem da cidade, de modo que esta tenha um valor intemporal, o que faz com que os centros históricos devam ser protegidos e que a sua gestão urbanística seja reduzida e se cinja ao âmbito dos programas de reabilitação urbana (Gonçalves, 2012).

A atividade turística pode ser compatível com a valorização do património e deverá inclusivamente estar fortemente interligada, uma vez que o sucesso individual de cada uma depende da relação de uma com a outra. Um dos primeiros benefícios da valorização e promoção dos recursos culturais com fins turísticos é, precisamente o da possibilidade da sua autossustentabilidade (Ferreira, 2006). Além disso, os impactos positivos refletem-se também ao nível

económico (Cooper et. al, 1998), através da criação de emprego e revitalização de outras atividades económicas a nível local.

Na verdade, o benefício económico que traz a valorização dos recursos disponíveis representa a principal razão para a preservação e a dinamização do património. Casos há em que o património se tornou um recurso económico e foi exatamente isso que permitiu a sua proteção e salvaguarda (Ashworth & Tunbridge, 2000).

5.1. O Palácio do Freixo - um presente turístico vs um futuro de possibilidades

Um dos sentimentos que mais faz sofrer o Homem é o da saudade, e ao ver as várias imagens do Palácio do Freixo e da vida que em seu redor se desenvolveu, gera-se no imaginário de cada um de nós as aventuras e desventuras que esta obra já terá presenciado. Isto porque o património é parte integrante da construção social e cultural de uma nação.

Como refere Martins:

“O património cultural é uma realidade viva. Está sempre na encruzilhada entre a memória e a criação. Por isso, a sua preservação obriga ao conhecimento da História, ao recurso rigoroso às melhores técnicas de preservação, conservação, salvaguarda e, ainda, à inteligência da ligação ao presente e à capacidade inovadora. [...] a cultura exige reflexão que permita o enraizamento do Património (material e imaterial), da Herança (transmitida incessantemente entre gerações), e da Memória (como garantia de permanência) enquanto fatores de desenvolvimento humano”.

(Martins, 2009, p.55).

Depois do entusiasmo, da criação, do auge, da pompa e circunstância, do declínio e posterior proteção e salvaguarda, atualmente o Palácio do Freixo encontra-se concessionado ao grupo Pestana e desempenha as funções características de um grupo hoteleiro. Mais concretamente, desde Outubro de 2005 que o Palácio do Freixo passou a ser considerado uma das “*Pousadas de Portugal*”, na

sequência de um Protocolo assinado com a Camara Municipal do Porto. Desta vez, com o arquiteto David Sinclair a projetar a ligação estrutural das Moagens Harmonia ao Palácio do Freixo. É precisamente neste edifício (das Moagens Harmonia) que se situa a maioria dos 87 quartos desta unidade hoteleira, a piscina interior e o spa. No Palácio propriamente dito encontram-se sobretudo os serviços de receção, restauração e salas de reuniões.



Figura 5.1. - Pormenor da receção do Palácio do Freixo (Castro, 2022).

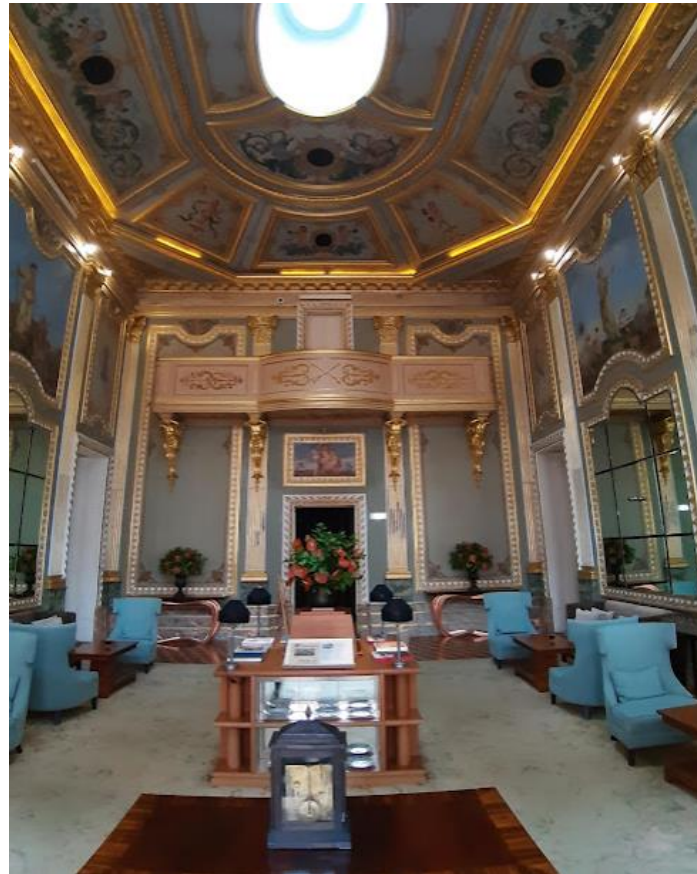


Figura 5.2. - Sala dos Espelhos no interior do Palácio do Freixo (Castro, 2022).



Figura 5.3. - Sala da Lareira no interior do Palácio do Freixo (Castro, 2022).



Figura 5.4. - Sala Nobre no interior do Palácio do Freixo (Castro, 2022).



Figura 5.5. - Pormenor da piscina interior (Castro, 2022).



Figura 5.6. - Hall no interior do Palácio do Freixo (Castro, 2022).

O turismo, interage com o ambiente, o património, a população, o território e, além disso, ajuda a impulsionar a economia (Mcintosh, Goeldner & Ritchie, 1995).

Do turismo enquanto atividade económica diretamente relacionada com o ato de viajar e motivada pela ansia de conhecimento pela cultura e paisagem da região, surgem vários conceitos, nomeadamente o de *city breaks*¹⁵.

Em 2018, Portugal foi mais uma vez reconhecido como o melhor destino turístico do mundo. Além disso, o Porto já teria sido eleito pela European Consumers Choice como Melhor Destino Europeu, e como Melhor Destino Emergente pelo

¹⁵ Conceito novo que define estadias de curta duração com o objetivo de conhecer as atrações do local - arquitetónicas, culturais, monumentais, gastronómicas, entre outras (Moreira, 2017).

TripAdvisor. Por outro lado, a “*Estratégia do Turismo 2027*”¹⁶, assumiu como fatores relevantes para a escolha de Portugal como destino turístico: o clima, a luz, a história, a cultura, a natureza, o mar e a água.

O Pestana Hotel Group tem vários segmentos, nomeadamente a marca Collection da qual o Pestana Palácio do Freixo faz parte. Esta é uma marca de hotéis icónicos, exclusivos e de luxo com elevados padrões de serviço, diferenciado e personalizado. Ainda, o Pestana Palácio do Freixo é membro The Leading Hotels of the World – uma colecção de mais de 400 hotéis de luxo distribuídos por mais de 80 Países que seguem determinados padrões de qualidade e serviço de excelência. Analisando tudo isto, é compreensível a crescente procura por City Breaks, principalmente assente em motivações culturais, históricas e gastronómicas ou outras de âmbito recreativo e/ou comercial que tornam possível conhecer-se uma cidade enquanto destino turístico. É precisamente nesta ampla oferta que se encaixa o Palácio do Freixo. Sendo uma pousada de luxo, é considerado um *city break upscale*¹⁷.

O turismo é, atualmente, uma realidade sociocultural complexa e transversal, que exige abordagens metodológicas baseadas em conceitos científicos, a fim de credibilizar o seu conhecimento (Silva, 2004). “*Um produto turístico é um conjunto de elementos que, podendo ser comercializado direta ou indiretamente, motiva as deslocações, gerando uma procura*” (Cooper et al., 1998, p.390).

Segundo Piperoglou (Sancho et al., 1998, p. 133), devem ser consideradas 4 etapas para a avaliação de uma atração, nomeadamente: “1) investigação do mercado para descobrir as preferências e necessidades dos turistas; 2) identificação dos elementos procurados pelos turistas na área de estudo; 3) definição da região em termos de interação espacial dos recursos; 4) estudo da capacidade de absorção dos visitantes pela região, do ponto de vista espacial e humano”.

¹⁶ Disponível em

http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/Estrategia/Estrategia_2027/Paginas/default.aspx [consultado em 2-02-2022].

¹⁷ Quando os turistas procuram serviços especializados de alta qualidade.

O cada vez maior e mais fácil acesso às plataformas digitais, a facilidade no processo de informação, na preparação da viagem, nas reservas necessárias e desejadas e, ainda, na compra de viagens, conjuntamente com a progressivamente mais ampla e económica oferta turística, fazem com que o turismo enquanto atividade económica diretamente relacionada com o ato de viajar e motivada pela ansia de conhecimento pela cultura e paisagem da região, esteja cada vez mais na moda e seja cada vez mais desejado.

Com o agendamento da estadia no Pestana Palácio do Freixo, todos os hóspedes têm o pequeno-almoço continental incluído bem como acesso a todas as facilidades do hotel, nomeadamente, ao SPA (com piscina interior, sauna e banho turco) e ao ginásio. O SPA conta ainda com duas salas de tratamento e um menu com várias opções.

Sendo um monumento icónico e com várias salas e espaços exteriores, o Pestana Palácio do Freixo tem ainda um elevado volume de eventos, tanto privados como corporativos, investindo nos mercados emergentes e estratégicos através de um plano de promoção activa e de campanhas de marketing assertivas.

A sociedade, a cultura, o clima, a arquitectura, a história, a gastronomia e a economia de um país distinguem-no a nível turístico. A favorável situação do Porto nos vários domínios mencionados e, conseqüentemente do Palácio do Freixo também é evidente. Destaca-se ainda a situação geográfica da cidade do Porto com o aeroporto Francisco Sá Carneiro a receber inúmeros voos vindos de todo o mundo.

Um dos tours mais procurado pelos turistas é o passeio de barco pelas quatro pontes, que passa sempre obrigatoriamente junto ao Palácio do Freixo. Além disso, no âmbito histórico-cultural, arquitetónico e gastronómico, o Palácio também oferece propostas atraentes. Senão vejamos, ao nível histórico e cultural, toda a história do próprio Palácio é riquíssima, as modificações arquitetónicas e as intervenções que sofreu fazem também parte da sua história e, hoje, apresentam-no como um belo edifício, que recuperou a glória de outrora. Ao nível da gastronomia, actualmente, através do Chef Tony Salgado, o Palácio do Freixo apresenta uma ementa variada e diversificada, que vai desde os pratos

da cozinha tradicional portuguesa, ao gourmet ou ao vegetariano, o que em muito agrada ao turista.



Figura 5.7. – Jardim onde decorrem eventos ao ar livre no Palácio do Freixo (Castro, 2022).

A hotelaria, por si só, é uma atividade em constante necessidade de adaptação e, aliado ao período de pandemia que se vive atualmente, todos os planos são desenhados consoante as necessidades e constantemente adaptados.

Não obstante, apesar da quebra causada pela pandemia provocada pelo vírus Covid 19, sempre que o mercado reabre ao turismo, o Palácio do Freixo é muitíssimo procurado pelo turista que procura sobretudo os *city breaks upscale*. O Pestana Palácio do Freixo, sendo um hotel com várias facilidades e espaços exteriores, teve uma grande procura após confinamentos. Em 2020, em que as viagens sofreram bastantes restrições, houve uma maior procura pelo mercado interno Português. Em 2021, com a vacinação e alívio de algumas medidas de viagens, existiu a retoma de clientes dos mercados Inglês, Francês e Espanhol.

Atualmente o Palácio do Freixo tem habitualmente uma taxa de ocupação média anual que ronda os 70%/75%.

No futuro, deverá o Palácio do Freixo continuar a proporcionar o vivenciar de experiencias diferentes, através de produtos individualizados e flexíveis que permitam vivências únicas fora do habitual, devendo criar, por isso, mais do que a oferta comum e habitual, tentando brindar com inovação e exclusividade os seus hóspedes, já que esta é um dos fatores - chave para que os visitantes possam passar por experiencias de qualidade.

O Grupo Pestana apesar do crescimento turístico no Porto, percebe a importância e a necessidade da preservação do património, valorizando-o e protegendo-o de eventuais atos de vandalismo, por forma a permitir uma enorme variedade de serviços de qualidade, criando vantagem económica para o grupo e para o país, aliado à salvaguarda do Monumento Nacional Palácio do Freixo.

Considerações Finais

O Palácio do Freixo, depois de servir de residência a D. Jerónimo de Távora de Noronha Leme Cernache, foi adquirido em meados do século XIX por António Afonso Velado, Barão e Visconde do Freixo e, no final desse mesmo século, foi vendido e serviu de instalação da Fábrica de Moagens Harmonia.

Depois de ter tido diferentes proprietários, ter sofrido diversas alterações, vandalismo e abandono foi vendido ao Estado e cedido à Câmara Municipal do Porto. Esta, após a realização de pequenas obras durante os anos de 1986 e 1987, procedeu em 1998, no âmbito do projecto Metrópolis, a grandes obras que permitiram a sua efectiva preservação e salvaguarda. Este projeto foi atribuído ao arquiteto Fernando Távora, descendente de D. Jerónimo de Távora, o seu proprietário inicial.

Projetado por Nicolau Nasoni e classificado como Monumento Nacional em 1910, foram muitas as vicissitudes sofridas ao longo da sua vida, no entanto, apesar de tudo isso, o Palácio do Freixo é ainda hoje um marco na arquitetura portuense, constituindo um belíssimo exemplar da arquitetura Barroca do norte de Portugal. Projetar com base no conhecimento foi fundamental para que as modificações do Palácio contemplassem o passado como presente histórico, dando ênfase à realidade da qual se veio, mantendo certas características que pertencem ao desenvolvimento da própria história da arquitetura civil Barroca do norte de Portugal. Foi precisamente o que fez Fernando Távora e, são precisamente estas características que mantidas num trabalho de restauro se chamam de presente histórico.

O património é, na verdade, parte fundamental da essência de um local, indissociável da sua identidade, remetendo-nos para a história do mesmo, que ocorreu num determinado tempo.

Três anos após a reabilitação por Fernando Távora, o Palácio do Freixo foi concessionado ao Grupo Pestana e, hoje é um marco na hotelaria da cidade do Porto. Neste momento, é considerado um exemplo da união saudável entre o património e o turismo, na medida em que consegue garantir a sua proteção e a

salvaguarda e, ainda, enquadrá-lo nas necessidades turísticas e económicas do país.

Se por um lado, a única forma de ler o passado é através da sua história, por outro lado, muitas vezes a sociedade apenas procura o acesso a esta “leitura”, quando faz turismo. O que permite concluir que a oferta turística se revela bastante eficaz quando surge integrada com a história, no sentido de responder à necessidade da sociedade de conhecer o seu passado para melhor o compreender, estimar e preservar.

Por último, é importante sublinhar que a comunicação e a educação patrimonial são também pontos basilares para a valorização e salvaguarda do património e preservação dos bens, devendo pautar-se pela acessibilidade da informação, pela sua disponibilidade em diferentes línguas e pela adaptação aos diferentes públicos, uma vez que *“é a partir da tomada de consciência de uma sociedade que se constrói o património, dando importância ao passado, aos acontecimentos ocorridos e às memórias individuais ou coletivas”* (Lima, 1996, p. 57). Para que se possa atingir este objetivo é necessário uma reformulação no sistema educativo de forma a garantir uma educação basilar corretamente adquirida, realizada por professores competentes e bem instruídos que abordam nos seus programas educativos os diferentes aspetos históricos relacionados com os bens patrimoniais. A utilização da web e da tecnologia poderá permitir a criação de materiais educativos mais apelativos e atrativos para os alunos. A participação em diferentes projetos de âmbito nacional ou internacional podem também servir como uma motivação extra para cativar a atenção dos alunos para estas questões. Só assim estes poderão, no futuro, fazer a diferença e só assim o património poderá ter um futuro assegurado pela sociedade que o usufrui.

Bibliografia

Obras Gerais e Estudos:

Alarcão, J. (2000). *A escrita do tempo e a sua verdade*. Quarteto.

Almeida, J. F., & Pinto, J. M. (1975). *A investigação nas ciências sociais*.
Presença.

Almeida, J. (1976) *Tesouros Artísticos de Portugal*. Reader Digest de Portugal.

Alves, L. & Piqueiro, F. (2003) *A Renovação do Palácio do Freixo: 1750-2003*.
Agência para a Modernização do Porto.

Andrade, A. (1878). *Dicionário Corográfico do Reino de Portugal*. Imprensa da
Universidade.

Araújo, I. (1962). *A Arte Paisagista e Arte dos Jardins*. Ministério das obras
públicas, Direção Geral dos Serviços de Urbanização.

Azeredo, F. (1986). *Casas senhoriais portuguesas. Roteiro da viagem de estudo
do IBI*. Companhia Editora do Minho.

Azevedo, C. (1969). *Solares Portugueses*. Livros Horizonte.

Borges, N. (1986). *História da Arte em Portugal. Do Barroco ao Rococó* (Vol. IX).
Ed. Alfa.

Cabral, C. (2011). *Património Cultural Imaterial. Convenção da Unesco e seus
Contextos*. Edições 70.

Cardoso, M. *et al.* (1990). *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da
originalidade e desaires desta arte*. Círculo de Leitores.

Carita, H. (2015). *A Casa Senhorial em Portugal*. (1ª Ed.) Leya.

Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Edições 70.

Coelho, P. (2011). *Arquitectos Portugueses - Fernando Távora*. QuidNovi.

Cooper, C. *et al.* (1998). *Tourism: Principles and practice*. Longman.

Costa, A. (1787). *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Officina
de Antonio Alvarez Ribeiro.

Costa, A. (2007). *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*.
Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa (2ª Ed.). FAUP Publicações.

Cunha, L. (2007). *A oferta turística. Introdução ao Turismo*. Editorial Verbo.

- Ferreira-Alves, J. (1988). *O Porto na Época dos Almadás* (Vol.I).
Centro de História da Universidade do Porto.
- Gonçalves, A. (2012). *Património Urbanístico e o Planeamento da Salvaguarda*.
[Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologias] Universidade
de Coimbra.
- Ferreira-Alves, J – (2001) *A casa nobre no Porto na Época Moderna*. Edições INAPA.
- Gonçalves, C. (2016). *Metodologia de Trabalho Científico*. Universidade Aberta.
- Gonçalves, F. (1973). *Notas sobre Descendentes de Nicolau Nasoni*. Livraria
Castro e Silva.
- Leal, A. (1874). *Diccionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico,
Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas
e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*. Livraria Editora
Tavares Cardoso & Irmão.
- Lopes, F. & Correia, M. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas,
Recomendações e Convenções Internacionais*. Livros Horizonte.
- Luso, E. et al. (2004). *Breve história da teoria da conservação e do restauro*.
Universidade do Minho.
- Maia, M. (2007). *Património e restauro em Portugal (1825- 1880)*. Edições Colibri.
- Magalhães Basto, A. (1964). *Apontamentos para Um Dicionário de Artistas e
Artífices que Trabalharam no Porto do século XV ao Século XVIII*. Livraria
Universal.
- Magalhães Basto, A. (1945). *Silva de História e Arte*. Progredior.
- Martins, G. (2009). *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*.
Gradiva.
- Mcintosh, R., Goeldner, C. & Ritchie, J. (1995). *Tourism: Principles, Pratices,
Philosophies*. Wiley.
- Mendes, M. (1999) *Sobre o freixo: cidade e monumento, reabilitação e projecto*.
Editorial do Departamento de Arquitectura.
- Mendes, M. (2013). *Fernando Távora. Minha Casa, Uma porta pode ser um
Romance*. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e Fundação
Instituto Arquitecto Marques da Silva.

- Paz, J. (2016). *A casa nobre e senhorial no norte de Portugal e na Galiza. Relações, evolução e reabilitação* [Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona]. Universidade Lusófona.
<https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/7856>
- Pedreirinho, H. (2011). *A Defesa do Património Imóvel Histórico- Artístico no Estado Novo: a contribuição da legislação para a definição de uma política patrimonial* [Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada de Lisboa]. Universidade Lusíada de Lisboa.
<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/650>
- Pinto, S. (2008). *Empresas de Hotelaria: Uma análise económica e financeira* [Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa]. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Ortigão, R. (1896). *O Culto da Arte em Portugal*. Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Passos, C. (1935). *Guia Histórico e Artístico do Porto*. Casa Editora de A. Figueirinhas.
- Pereira, J. (1989). *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Presença.
- Pimentel, A. (1893). *O Porto há Trinta Anos*. Livraria Universal.
- Quaresma, M. (1995). *Inventário Artístico de Portugal – Cidade do Porto*. Academia Nacional das Belas-Artes.
- Raggi G. (2000). *Arquitectos do engano, Modelos, Transmigrações e Interpretações entre Bolonha e o Mundo Português, História da Arte Portuguesa*. Novos Caminhos da Investigação.
- Reis, H. & Brito, M. (1984). *Apontamentos para a verdadeira História antiga e moderna do Porto* (Vol. 5). Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Rodrigues, D. (2012). “Património Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica”. *UBImuseum*, nº 1.
<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>
- Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Edições Cosmos.

- Sancho, A. *et al.* (1998). *Introducción al Turismo*. Organización Mundial del Turismo.
- Sequeira, G. (1980). *Palácios e solares Portugueses*. Lello & Irmão.
- Serrão, V. (2001). *A Cripto-história de Arte: Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Livros Horizonte.
- Silva, A. (1958). *Nobres Casas de Portugal* (Vol. I). Tavares Martins.
- Silva, G. (2014). *Portugal em Ruínas*. Artes Gráficas.
- Smith, R. (1960). *Baroque and Rococo Braga: Documenting Eighteenth-Century Architecture and Sculpture in Northern Portugal*. American Philosophical Society.
- Smith, R. (1966). *Nicolau Nasoni, O Arquitecto do Porto*. Livros Horizonte.
- Távora, F. (1993). *Teoria geral da organização do espaço*. FAUP Publicações.
- Távora, F. (2003). *A renovação do Palácio do Freixo: 1750-2003*. Agência para a modernização do Porto.
- Távora, F. (2006). *Da Organização do Espaço* (2ª Ed.). FAUP Publicações.

Periódicos:

- Araújo, I. (1979). Jardins, Parques e Quintas de Recreio no Aro do Porto. *Revista de História*. Vol. II. Centro de História da Universidade do Porto. 375-387.
- Brandão, D. (1987) Um documento inédito sobre os jardins do Palácio do Freixo. *O Tripeiro Série Nova*.130-134.
- Campo Belo, C. (1972). Os Mecenas de Nasoni. *Boletim Cultural da Camara Municipal do Porto*. (Vol. XXXV).
- Campo Belo, C. (1943). Uma Notula Nasoniana. *Boletim Cultural da Camara Municipal do Porto*. (Vol. VI).
- Carvalho, J. (2002). Venturas e desventuras de uma obra de Nasoni. *O Tripeiro Série Nova*. 167-169.
- Carvalho, J. (2002).Quinta do Freixo Revisitada – Uma viagem ao passado por terras de Campanhã. *O Tripeiro Série Nova*. 170 e 171.

- Ferreira, M. (2006). Património: Discutindo Alguns Conceitos Diálogos. *Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, 10 (3), 79-88.
- Ferreira-Alves, J. (2005). Ensaio sobre a arquitectura Barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Ciências e Técnicas do Património*, 4 (1), 135-153.
- Figueiredo, M. (1986). Depois do incêndio de origem criminoso do Palácio do Freixo que vai fazer-se? *Tripeiro Série Nova*, 206-209.
- Herculano, A. (1838). Monumentos. II, *O Panorama*, 70, 275-277.
- Langford, H. (2002) Nas margens do Porto e do Douro – O velho Palácio do Freixo é uma Joia que Renasce. *O Tripeiro Série Nova*. 164-166.
- Lima, M. (1996). O Palácio de Cristal Portuense. *Separata de: Património Espaço e Memória*. Universidade Portucalense. 53-66.
- Loureiro, J. (1981), Palácio do Freixo mais uma perda da Cultura e do Património portuenses? *O Tripeiro, Série Nova*. 16-19.
- Magalhães Basto, A. (1940). A Sé do Porto. Documentos inéditos relativos à sua igreja. *Boletim Cultural da Camara Municipal do Porto*. (Vol. III, n.º2).
- Magalhães Basto, A. (1959). Nasoni e a Igreja dos Clérigos. *Boletim Cultural da C.M. do Porto*. (Vol. XIII, n.º 3).
- Mattozzi, I. (2008). Currículo de História e Educação Para o Património. *Educação em Revista*, 47, 135-155.
- Moreno, F. P. (1985). *Curso de rehabilitación: El Proyecto* (Vol. II). COAM.
- Ramos, P. (2005). O alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes: uma leitura. *Discursos*, 6, 87-97.
- Rocha, M. (1989). Os jardins do Palácio do Freixo: documentos inéditos. *Revista de Ciências Históricas*. 293-304.
- Rodrigues, R. (2018). “*Tempos de mudança, tempos de perda: o património conventual português no século XIX. Testemunhos de vandalismo*”. *O ARTis ON*, 5, 107-22.
- Silva, J. (2004). A investigação científica e o turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1, 9-14.

Smith, R. (1962). A Data do Nascimento de Nicolau Nasoni. *Boletim Cultural da C.M. do Porto*. (Vol. XXVI).

Legislação consultada:

Alvará em forma de lei de 20 de agosto de 1721. Primeiro alvará de defesa do Património Cultural português que atribui à Academia Real de História Portuguesa a sua tutela.

Carta de Atenas – Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos. 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Atenas. 1931.

Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º107/2001 de 8 de Setembro. Diário da República. I Série – A. Processo sobre a necessidade de um Palácio de Desportos, 1948. Arquivo Distrital do Porto, C/10/9/1-2.2